

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

AGRIS LAIMONIS DUMPE JUNIOR

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
UMA ANÁLISE DE INDICADORES PARA OS PAÍSES DA REDE
IBERO-AMERICANA DE PROSPECTIVA (RIBER)

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

SÃO PAULO

2016

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

AGRIS LAIMONIS DUMPE JUNIOR

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
UMA ANÁLISE DE INDICADORES PARA OS PAÍSES DA REDE
IBERO-AMERICANA DE PROSPECTIVA (RIBER)

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. Arnaldo José de Hoyos Guevara.

SÃO PAULO

2016

FICHA CATALOGREÁFICA

DUMPE JUNIOR, Agris Laimonis. OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) UMA ANÁLISE DE INDICADORES PARA OS PAÍSES DA REDE IBERO-AMERICANA DE PROSPECTIVA (RIBER). São Paulo, p. 111, 2016

Dissertação de Mestrado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Área de Concentração: Gestão Integrada das Organizações.

Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade.

Orientador: Arnolfo José de Hoyos Guevara.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável, indicadores, ODS

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Arnoldo José de Hoyos Guevara, que me orientou com competência, sabedoria e muito conhecimento e me incentivou para a elaboração desta tese, minha mais sincera gratidão, pela orientação e boa conversa. Foi um verdadeiro aprendizado, por sua experiência acadêmica e de vida.

Ao Prof. Dr. Ladislau Dowbor, pelas valiosas contribuições e ensinamentos e fontes bibliográficas que permitiram aprimorar este trabalho.

Ao Prof. Alessandro Rossini pela inestimável ajuda no aprimoramento e correções deste trabalho.

Agradeço meus professores de cada uma das disciplinas das quais cursei, a contribuição que proporcionaram para o aperfeiçoamento dos conhecimentos que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço a Empresa Folha da Manhã S.A. que proporcionou a realização deste curso com o subsídio financeiro necessário.

A todos os meus amigos e às pessoas do meu convívio familiar e acadêmico que contribuíram de alguma forma para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

Nos encontramos em um momento de enormes desafios para o desenvolvimento sustentável, bilhões de nossos cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna, há crescentes desigualdades dentro dos países e entre os países, há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder, a desigualdade de gênero continua a ser um desafio chave, o desemprego, particularmente entre os jovens, é uma grande preocupação, ameaças globais à saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, conflitos em ascensão, o extremismo violento, o terrorismo e as crises humanitárias, o deslocamento forçado de pessoas ameaçam reverter grande parte do progresso alcançado na área de desenvolvimento nas últimas décadas.

O esgotamento dos recursos naturais e os impactos negativos da degradação ambiental, incluindo a desertificação, secas, a degradação dos solos, a escassez de água doce e a perda de biodiversidade aumentam e agravam a lista de desafios que a humanidade enfrenta, o presente trabalho traz uma análise de como a rede Nossa São Paulo adaptou seu Guia para Gestão Pública Sustentável – GPS a ótica dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS); e como foi possível fazer isso similarmente com o GPS desenvolvido para países tomando como base os 5 Pilares dos ODS : pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. Este modelo foi adaptado em particular focando os países Ibero-Americanos, podendo ainda ser usado para o acompanhamento do desenvolvimento sustentável dos países no decorrer dos anos, e poderia servir como parâmetro para se medir o nível e tipo de impacto dos Planos Diretores dos respectivos países.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, indicadores, ODS

ABSTRACT

We meet at a time of enormous challenges to sustainable development, billions of our citizens continue to live in poverty and they are denied a dignified life, there are growing inequalities within countries and between countries, there are huge disparities of opportunities, wealth and power, gender inequality remains a key challenge, unemployment, particularly among young people, is a major concern, global health threats, more frequent and intense natural disasters, conflicts on the rise, violent extremism, terrorism and humanitarian crises, the forced displacement of people threaten to reverse much of the progress in development in recent decades.

Depletion of natural resources and the negative impacts of environmental degradation including desertification, drought, soil degradation, scarcity of fresh water and biodiversity loss increase and aggravate the list of challenges facing humanity, this work brings an analysis of how the Nossa São Paulo network adapted its Guide to sustainable Public Management - GPS the perspective of Sustainable Development Goals (SDG); and how it was possible to do so similarly with GPS developed for countries, based on the 5 Pillars of SDG: people, planet, prosperity, peace and partnership. This model was adapted in particular focusing on the Ibero-American countries, and may also be used for monitoring the sustainable development of countries over the years, and could serve as a parameter to measure the level and type of impact of the Master Plans of the respective countries .

Keywords: Sustainable development, indicators, ODS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Os 5 P's da Agenda 2030.....	19
QUADRO 2 - O passo a passo do planejamento RIBER.....	35
QUADRO 3 – Radar Pilares.....	45
QUADRO 4 – Mapa Pilar Pessoas.....	47
QUADRO 5 – Mapa Pilar Planeta.....	49
QUADRO 6 – Mapa Pilar Prosperidade.....	51
QUADRO 7 – Mapa Pilar Paz.....	52
QUADRO 8 – Mapa Pilar Parcerias.....	55
QUADRO 9 – Cluster Países Ibero-Americanos.....	57
QUADRO 10 – Correspondência Países X Pilares.....	59

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TABELA 1- Eixos Rede Nossa São Paulo x ODS.....	28
TABELA 2 – Eixos RIBER x ODS.....	35
TABELA 3 – Eixos temáticos da RIBER x 5P´s	38
TABELA 4 – Ranking Pilar Pessoas.....	42
TABELA 5 – Ranking Pilar Planeta.....	43
TABELA 6 – Ranking Pilar Prosperidade.....	43
TABELA 7 – Ranking Pilar Paz.....	44
TABELA 8 – Ranking Pilar Parcerias.....	44
TABELA 9 – Ranking AIBER Pilar Pessoas.....	45
TABELA 10 – Ranking AIBER Pilar Planeta.....	47
TABELA 11 – Ranking AIBER Pilar Prosperidade.....	49
TABELA 12 – Ranking AIBER Pilar Paz.....	51
TABELA 13 – Ranking AIBER Pilar Parcerias.....	53
TABELA 14 – Classificação países AIBER.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

GPS – Guia para Gestão Pública Sustentável

RIBER – Rede Ibero-Americana de Prospectiva

ONU – Organizações das Nações Unidas

SDSN - Sustainable Development Solutions Network

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

NEF – Núcleo de Estudos do Futuro

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

COP-21 - 21ª Conferência das Partes

UNFCCC - Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

ORIBER – Observatório Rede Ibero-Americana de Prospectiva

PIB – Produto Interno Bruto

FEA-USP – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PPA – Plano Plurianual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1.Contextualização.....	1
2.Problema de pesquisa.....	4
3.Hipótese.....	4
4.Objetivos.....	4
5. Fundamentação teórica.....	5
6.Metodologia de pesquisa.....	8
7.Estrutura da dissertação.....	9
CAPÍTULO 1 – A ERA DA SUSTENTABILIDADE.....	10
1.1 Sustentabilidade.....	10
1.2 Desenvolvimento Sustentavel.....	15
1.3 Avanços em relação aos ODS.....	18
CAPÍTULO 2 – A REDE NOSSA SÃO PAULO, O GPS E OS ODS PARA CIDADES.....	21
2.1 A Experiência da Rede Nossa São Paulo.....	21
2.2 O GPS para Cidades da Rede Nossa São Paulo.....	24
2.3 O Programa Cidades Sustentáveis e os ODS.....	26
CAPÍTULO 3 – A REDE IBEROAMERICANA DE PROSPECTIVA, O GPS E OS ODS PARA PAÍSES.....	31
3.1 A Rede Ibero-Americana de Prospectiva (RIBER)	31
3.2 O GPS para países da RIBER.....	32
3.3 Integrando os Eixos do GPS e os ODS.....	35
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES PARA OS 5P’S A PARTIR DO GPS.....	38
4.1 Analise de Indicadores Sintéticos e Analíticos.....	38
4.2 Desenvolvimento de Novos Indicadores para Monitoramento dos Avanços 5P’s.....	41
4.3 Mapas e Ranking dos Países Ibero-Americanos em Relação aos 5P’s	46
CONCLUSÕES.....	62

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXO 1 – Objetivos e metas ODS.....	68
ANEXO 2 – Variáveis Pilar Pessoas	83
ANEXO 3 - Variáveis Pilar Planeta	85
ANEXO 4 - Variáveis Pilar Prosperidade.....	88
ANEXO 5 - Variáveis Pilar Paz.....	90
ANEXO 6 - Variáveis Pilar Parcerias.....	91
ANEXO 7 – Novos Indicadores.....	93

INTRODUÇÃO

1. Contextualização do tema

O acelerado desenvolvimento da era industrial e pós-industrial está provocando uma crise que envolve todos os setores sociais, a economia e o meio-ambiente principalmente nos países em desenvolvimento. Dependendo do contexto político e do nível de desenvolvimento de cada país estas mudanças operam de uma forma ou de outra, e de acordo com a ONU, as três principais prioridades para se chegar a um mundo melhor são: educação de qualidade, saúde e melhores oportunidades de emprego.

A sociedade está passando por um mal-estar socioeconômico e ambiental causado pelos efeitos da crise sistêmica, porém paralelamente graças aos avanços da tecnologia digital e da comunicação este cenário pode ser melhorado. As novas tecnologias possibilitam a formação de grupos organizados conhecidos como redes sociais para buscar soluções práticas, inovadoras e colaborativas, pois facilitam o compartilhamento de informação, conhecimento e experiências práticas que podem servir como modelo de ação a países interessados, por exemplo, no desenvolvimento sustentável, e como alternativas aos efeitos negativos em geral provocados pela globalização.

Afortunadamente as Nações Unidas reconheceram que os avanços nas tecnologias da informação e da comunicação podem dar lugar a uma Revolução dos Dados para promover o Desenvolvimento Sustentável: *A World That Counts: Mobilising The Data Revolution for Sustainable Development*; e dessa forma em 2015 líderes de governo e de estado, tendo como resultado os trabalhos desenvolvidos pela *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN) das Nações Unidas, aprovaram, por consenso, o documento “*Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global para o desenvolvimento sustentável. A Agenda consiste em uma Declaração de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, e um arcabouço de acompanhamento e revisão.

Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar este trabalho e responder aos

novos desafios. Os objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. A implementação dos ODS é um desafio que requer parceria global com a participação de governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas. Os ODS são de natureza global e são universalmente aplicáveis, e dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local. A atuação dos governantes e gestores locais, como protagonistas da conscientização e mobilização em torno dessa agenda, é fundamental para a disseminação e o alcance das metas estabelecidas pelos ODS.

A Rede Ibero-americana de Prospectiva (RIBER), a Rede Nossa São Paulo e o Núcleo de Estudos do Futuro (NEF) da Cátedra Ignacy Sachs – PUC-SP tem se constituído com a intenção de contribuir indicando novos modos mais inteligíveis e claros para se pensar em soluções inovadoras que favoreçam e monitorem o desenvolvimento sustentável ao nível local ou global.

No Brasil, o Programa Cidades Sustentáveis da Rede Nossa São Paulo elaborou o Guia Gestão Pública Sustentável (GPS), tomando como base 12 Objetivos ou Temas, e contando com a colaboração do Núcleo de Estudos do Futuro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O guia colocou à disposição das prefeituras brasileiras um conjunto de conceitos, ferramentas, metas, indicadores e práticas exemplares de políticas públicas em diversas cidades do mundo para que a gestão pública municipal possa se aperfeiçoar e avançar em planejamentos inovadores. O guia foi recentemente atualizado para estar alinhado aos 17 Objetivos dos ODS.

No advento da 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), iniciativa da ONU em dezembro de 2015, foi aprovado por consenso um novo acordo global de combate aos efeitos das mudanças climáticas. O Programa Cidades Sustentáveis em 2016 em continuidade ao trabalho que vinha desenvolvendo junto às prefeituras brasileiras, procurou atualizar o seu GPS com as decisões pactuadas pelos quase 200 países participantes do evento, e incorporou nele as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da COP-21.

O Núcleo de Estudos de Futuro (NEF) da PUCSP com experiência em projetos relacionados com os novos indicadores de riqueza, com sua visão estratégica de futuro e de desenvolvimento sustentável se colocou a disposição através da Cátedra Ignacy Sachs de Desenvolvimento Sustentável da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para

contribuir com a RIBER do Projeto Milênio, dando continuidade ao trabalho prévio realizado com a Rede Nossa São Paulo no que se refere às cidades do Brasil.

O NEF elaborou uma versão do Guia para a Gestão Pública Sustentável (GPS) para países, tomando como base 15 Objetivos ou Temas que representam uma espécie de “mapa do caminho” para orientar as equipes das secretarias de planejamento responsáveis nos países Ibero-americanos para a gestão pública na elaboração de um diagnóstico, um prognóstico e um plano diretor com suas prioridades estratégicas, assim como um plano de metas centrado na promoção do desenvolvimento sustentável tanto local quanto regional. Este plano tem a intenção de possibilitar gestão de processos e projetos de forma eficiente e transparente, que ajudem a conduzir os países do nível em que se encontram para o nível que desejassem alcançar. O objetivo é contribuir no ecossociodesenvolvimento dos países Ibero-americanos para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população, monitorando o processo por meio de um Observatório (ORIBER) em desenvolvimento com dados abertos e atualizados, que poderá servir de orientação e referência.

O GPS representa uma forma de contribuir com as secretarias de planejamento de cada país na superação dos desafios relacionados ao desenvolvimento, através da promoção de colaborações sinérgicas entre os três setores científico-tecnológico, sociocultural e institucional, que harmonizem os processos e impactos de desenvolvimento a nível local, tornando-o sustentável, buscando sempre estimular a participação cidadã como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar, e aproveitando de forma efetiva o intercâmbio de informação e experiências com outros países da região Ibero-americana e suas redes de contatos.

2. Problema de pesquisa

Tendo em vista a necessidade de complementar os quinze objetivos do GPS para que o guia esteja mais alinhado aos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, assim como o fez a Rede Nossa São Paulo, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: como o projeto Gestão Pública Sustentável (GPS) da Cátedra Ignacy Sachs da PUC-SP pode se adequar aos ODS, resultado da iniciativa global das Nações Unidas, para melhor colaborar nos esforços da Rede Ibero-americana de Prospectiva (RIBER) na busca de alternativas para equilibrar a dinâmica econômica com a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio social no contexto de uma gestão aberta, democrática, participativa e dinâmica?

3. Hipótese

A hipótese a ser verificada ao longo da pesquisa é a seguinte: Projetos como o de atualização do Guia GPS da Rede Nossa São Paulo para adequação aos ODS das Nações Unidas podem servir de exemplo para a compatibilização do GPS do NEF às reais necessidades dos países do RIBER através da plataforma aberta ORIBER.

4. Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa é tornar a proposta do guia de Gestão Pública Sustentável do NEF em acordo com o relatório *Global Monitoring Indicators* que é resultado dos trabalhos da SDSN das Nações Unidas, e a partir desta atualização realizar o levantamento do grau de sustentabilidade em países Ibero-americanos e os desafios locais e/ou globais a serem superados.

Os objetivos secundários são:

- Realizar levantamento teórico sobre o significado da sustentabilidade e sua importância;
- Comparar os quinze eixos temáticos do GPS com os dezessete ODS do *Global Monitoring Indicators*;
- Verificar quais são os “gaps” dos quinze eixos temáticos do GPS em relação ao ODS;

- Adequar os quinze eixos temáticos do GPS para que melhor possa contribuir para os desafios enfrentados pelos países Ibero-americanos;

5. Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica está baseada nas ideias de teóricos como os filósofos Edgar Morin, Patrick Viveret e Jean Gadrey. O trabalho de Morin exerce uma notável influência na reflexão contemporânea, por exemplo, a sua obra “O Método”. Patrick Viveret, ex-conselheiro no Tribunal de Contas e encarregado pelo governo Jospin de uma missão destinada a redefinir os indicadores de riqueza, é autor de “Réconsidérer la Richesse” (2006) e de “Pourquoi ça ne vas pas plus mal? ”(2005). E Jean Gadrey é autor de “Os novos indicadores de riqueza” (2006).

Morin e Viveret em “Como viver em tempo de crise” (2011) colocam que perante a crise que atravessamos devemos distanciar-nos, reposicionar este momento no quadro mais amplo das grandes mutações que já conhecemos, apreender este ciclo que acaba e a nova ordem que se abre diante de nós. Neste período crítico em que os desafios são cruciais e em que o pior é possível, nunca devemos olvidar que o improvável pode sempre acontecer. Mesmo quando tudo concorre para a catástrofe, a complexidade do real pode gerar situações inesperadas. Mantenhamo-nos prontos a acolher o improvável, mantenhamo-nos atentos à utilização positiva desta crise, vejamo-la como uma oportunidade para uma nova relação com o poder democrático, com a riqueza monetária e, por fim, com o sentido.

No 2º Seminário "Novos Indicadores de Riqueza", organizado em 2006 pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em São Paulo, os estudiosos franceses Patrick Viveret e Gadrey em vídeo conferência sugeriram a adoção de um novo modelo para medir o crescimento dos países. *"O PIB nada diz sobre qualidade de vida, devemos usá-lo, mas colocá-lo em seu devido lugar"*, disse Gadrey. Para Viveret, a utilização de novos indicadores, que levem em consideração a redução de pobreza e conservação do meio ambiente, por exemplo, seriam importantes para nortear as decisões políticas, hoje reféns da exigência de aumento do PIB. No debate eleitoral, a dificuldade de questionar a importância do crescimento econômico é evidente. Segundo José Eli da Veiga, professor de economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP), que compôs a mesa em São Paulo, contestar o PIB pode ser considerado um movimento subversivo, mesmo sendo claro que ele não é sinônimo de desenvolvimento humano.

Segundo os economistas Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi (2009), os sistemas simples de indicadores não podem capturar a complexidade da nossa sociedade. O Produto Interno Bruto (PIB) apresenta sérios problemas como medida de performance econômica. Os avanços no entendimento sobre as mudanças na estrutura da sociedade e a disponibilidade de dados a este respeito estão possibilitando construir melhores indicadores que considerem variáveis socioeconômicas. Tendo em vista a atual crise econômica, social e ambiental, sistemas de indicadores que permitam verificar a performance econômica e o progresso social tornaram-se especialmente importantes para o bem-estar social.

Corroborando esta ideia, de acordo com o relatório “A World that Counts: Mobilizing the Data Revolution for Sustainable Development” (Nações Unidas, 2014), as agências públicas e órgãos de estatística necessitam modernizar as suas práticas para a pesquisa e levantamento de novas fontes de dados de modo mais inteligente e criativo e que complemente os métodos tradicionais, e a tecnologia da informação e da comunicação tem sido um facilitador deste processo.

A *Data Revolution* para o desenvolvimento sustentável significa (ibid.):

- Integração dos novos dados com os dados tradicionais para produzir informação de alta qualidade, mais detalhada e relevante para diferentes propósitos, e especialmente para dar suporte e monitorar o desenvolvimento sustentável;
- A melhoria na utilização dos dados em face à abertura e transparência precavendo-se contra a invasão de privacidade e abuso dos direitos humanos considerando o acesso e utilização indevida de dados;
- Surgimento de pessoas melhor preparadas, melhores políticas e decisões, e melhor direcionamento para os países e planeta.

A publicação “Gestão do Conhecimento – Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações” organizada por Anne Louette (2009) é a segunda obra de uma trilogia, e traz como conteúdo mais de 25 Indicadores de Sustentabilidade de Nações em processo de aplicação no exterior e no Brasil para “*tentar derrubar a velha e insustentável economia, amparada pela trágica ilusão das métricas do PIB*”. A proposta é definir padrões sustentáveis de desenvolvimento que considerem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais. Para isso, tornou-se necessário definir indicadores que mensurem, monitorem e avaliem esses padrões sustentáveis, para nortear nossos rumos.

Em “The Next System Project: New Political-economic Possibilities for the 21st Century” (Alperovitz, Speth, Guinan, 2015) encontramos uma iniciativa ambiciosa cujo objetivo é ajudar na reflexão sobre o que é preciso para lidar com os desafios sistêmicos que as Nações Unidas enfrentarão nas próximas décadas.

Pensamos que agora é indispensável estimular um amplo debate nacional sobre a melhor forma de conceber possíveis modelos alternativos para um sistema muito diferente que sejam capazes de proporcionar uma verdadeira democracia e igualdade econômica, a liberdade individual, a sustentabilidade ecológica, uma solução pacífica e política externa global e uma profunda cultura de comunidade cooperativa baseada na não-violência e no respeito pelas diferenças de raça, gênero e preferência sexual. (Alperovitz, Speth, Guinan, 2015)

“Transitions to Sustainability” (Sachs e Mancebo, 2015) trata-se de coletânea que reúne textos de vários autores sobre o desenvolvimento sustentável, incluindo um capítulo do Professor e Economista Ladislau Dowbor: “Economic Democracy: meeting management challenges in Brazil”. Os textos foram elaborados a partir dos encontros científicos da universidade de Reim, na França. A ideia geral é de sistematizar propostas para uma mudança de rumos nas formas de gestão econômica e social, visando a sustentabilidade. Os três eixos principais do livro se referem ao resgate do planejamento (back to planning), à necessidade de um novo contrato social, e às formas correspondentes de governança.

Em “Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy Sachs” (2014) autores como o próprio Ignacy Sachs, Ladislau Dowbor, Enrique Iglesias, Cristovam Buarque, Luciano Coutinho, Jorge Wilhelm entre outros trazem uma visão positiva e prospectiva das mudanças que estão por vir, além de um prefácio de Enrique Iglesias. O livro apresenta contribuições e uma visão prática de construção de alternativas, trata-se de uma iniciativa muito feliz.

O livro “Thomas Picket e o segredo dos ricos” organizado por Silvio Caccia Bava deixa claro que o capital no Século XXI está gerando uma comoção planetária ao escancarar os mecanismos da desigualdade na medida em que avalia os diversos impactos teóricos e práticos do que ocorre; de fato conforme recente relatório da OXFAM (2016) baseado em dados do banco Credit Suisse relativos a outubro de 2015: “A riqueza acumulada pelo 1%

mais abastado da população mundial agora equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes”, e mais escandaloso ainda “ 62 pessoas possuem tanto capital como a metade mais pobre da população mundial” . O livro organizado por Silvio Caccia Bava traz contribuições de vários autores: Piketty, Ladislau Dowbor, Vergopoulos, Kempf, Panier, Gondim e Lettieri, Belluzzo, Geuens, Russell Jacoby, Daie e Pinheiro Guimarães; e possibilita uma reflexão sobre as implicações da imensa desigualdade planetária gerada, além de uma compreensão das dinâmicas, e definição de propostas.

6. Metodologia de Pesquisa

A pesquisa em um primeiro momento está fundamentada em documentos das respectivas redes sociais mencionadas e dos eventos que deram origem aos ODS e GPS da Rede Nossa São Paulo e Núcleo de Estudos do Futuro.

A metodologia de pesquisa está baseada no método de abordagem hipotético-dedutivo uma vez que a hipótese levantada deve ser ou não comprovada na medida em que a pesquisa for se desenvolvendo. A pesquisa apresenta carácter qualitativo e quantitativo.

Qualitativo porque estará pautada em teorias que darão todo o respaldo para as reflexões, análises e conclusões.

Quantitativo porque será realizado levantamento estatístico com ferramentas adequadas para se conhecer a situação da sustentabilidade nos países do RIBER.

A pesquisa está dividida em duas etapas: a primeira etapa visa adequar a proposta do guia de GPS do NEF ao relatório *Global Monitoring Indicators* que é resultado dos trabalhos da SDSN das Nações Unidas; e a segunda etapa, tem o objetivo de realizar o levantamento da sustentabilidade em países Ibero-americanos com base nos indicadores do guia GPS do NEF.

Na primeira etapa será aplicado o método de pesquisa comparativo a fim de realizar um balanço entre os eixos do relatório *Global Monitoring Indicators* e os do guia GPS para detectar os eixos do guia GPS que necessitam ser atualizados. Os eixos devem ser classificados tendo por base os 5 P's. O método descritivo servirá para descrever o estudo de caso do guia GPS da Rede Nossa São Paulo.

Na próxima etapa será aplicado o método estatístico para o levantamento da condição de sustentabilidade do ponto de vista econômico, social e ambiental dos países Ibero-americanos, utilizando no software estatístico Minitab¹⁶ ferramentas como, análise de variância ANOVA, análise de componentes principais e regressão Stepwise.

7. Estrutura da dissertação

A estrutura da dissertação se inicia pela introdução e na sequência vêm quatro capítulos, conforme a seguir.

Na introdução, o tema e o problema de pesquisa são discutidos, apresenta-se a fundamentação teórica e os objetivos da pesquisa.

O capítulo 1 – A era da sustentabilidade - apresenta a fundamentação teórica sobre sustentabilidade e os avanços em relação aos ODS.

O capítulo 2 – A Rede Nossa São Paulo o GPS e os ODS para cidades – apresenta, descreve e traz uma análise sobre trabalho da Rede Nossa São Paulo para incluir os ODS no seu GPS direcionado para as prefeituras brasileiras.

O capítulo 3 – A Rede Ibero-Americana de prospectiva, o GPS e os ODS para Países – apresenta e descreve a Rede Ibero-americana, traz uma análise entre os quinze eixos temáticos do Guia Gestão Pública Sustentável (GPS) direcionado para o RIBER e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O capítulo 4 – Análise e desenvolvimento de indicadores para os 5P'S a partir do GPS – apresenta uma análise estatística sobre os indicadores da Rede Ibero-Americana e os 5 P's dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Conclusão – Faz-se uma análise a respeito da solução do problema de pesquisa, e do alcance dos objetivos da pesquisa, além de verificar o quanto que os resultados da pesquisa conferem com a realidade apresentada.

CAPÍTULO 1 – A ERA DA SUSTENTABILIDADE

Neste capítulo estudamos e procuramos entender o significado de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável dentro do atual contexto social, econômico e ambiental, revendo os principais conceitos, movimentos e eventos que estimularam e impulsionam reflexões tendo em vista o bem-estar físico e mental das Pessoas e a necessidade premente de revitalização do Planeta por meio de Parcerias adequadas que levem a verdadeira Prosperidade e a Paz na Terra.

1.1 Sustentabilidade

O termo "sustentável" provém do latim *sustentare* (sustentar; defender; favorecer, apoiar; conservar, cuidar). Segundo Adalberto Marcondes (2008), nos anos 80 a Organização das Nações Unidas (ONU) encomendou um estudo a então primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland. O trabalho foi publicado em 1987 sob o nome "Relatório Brundtland", ou "Nosso Futuro Comum". Foi a primeira vez que o conceito de sustentabilidade fora expresso e mundialmente aceito, ser sustentável é conseguir prover as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras em garantir suas próprias necessidades.

O estudo patrocinado pela ONU, foi o primeiro a concluir que seria preciso mudar os atuais padrões de produção e consumo adotados pelas diversas sociedades para preservar os recursos e serviços ambientais necessários à sobrevivência humana. Desde então, existe um grande movimento de governos, empresas e ONGs que buscam criar parâmetros para o desenvolvimento sustentável.

O conceito de sustentabilidade começou a ser delineado na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment - UNCHE*), realizada em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972. A UNCHE é a primeira grande reunião internacional para discutir as atividades humanas em relação ao meio ambiente, a conferência lançou as bases das ações ambientais em nível internacional, chamando a atenção do mundo especialmente para questões relacionadas com a degradação ambiental e a poluição, não se limitando se as fronteiras políticas, porém afeta países, regiões e povos, localizados muito além do seu ponto de origem.

A Declaração de Estocolmo deu início a um Plano de Ação, definiu princípios de preservação e melhoria do meio ambiente, destacou a necessidade de apoio financeiro e assistência técnica a comunidades e países mais pobres. A expressão "desenvolvimento sustentável" até então não se conhecia, porém, a declaração já abordava a necessidade de defender e melhorar o ambiente humano para as atuais e futuras gerações, objetivo a ser alcançado juntamente com a paz e o desenvolvimento econômico e social.

O tema sustentabilidade envolve o desenvolvimento local a inclusão social, o combate à fome e à pobreza, a ecologia e o meio ambiente, a educação, os direitos humanos, a saúde e bem-estar, a distribuição de renda. Todos esses temas estão presentes em diversos meios de comunicação, em debates entre empresários, intelectuais, líderes políticos e sociais e grandes formadores de opinião, e necessitam ser bem trabalhados na ação social.

Segundo Melo Neto (2004), para se assegurar um futuro mais otimista para o nosso planeta e para as próximas gerações é preciso que as empresas promovam a preservação do meio ambiente, por meio da utilização de tecnologias limpas, produtos e energias que se renovam. Ocorre, assim, a evolução do sentido de preservação para o de ação sustentável, e surgem novas práticas de gestão de “*economia ambiental*”, com a reciclagem de produtos, reaproveitamento de resíduos, geração de novos negócios, empregos e renda.

Ainda segundo Melo Neto (2004), o social se torna sustentável quando se iniciam as condições institucionais na própria comunidade afetada, tais como:

- Problemas de desemprego exigindo a capacitação, escolaridade e empregabilidade;
- Problemas de saúde, sendo necessárias ações de prevenção com a formação de agentes de saúde;
- Problemas de renda baixa, desenvolvendo movimentos de iniciativas de gestão de empreendedorismo de forma local e regional;
- Problemas de violência, realizando ações na geração de emprego e renda.

Desta forma, os temas sociais emergentes se transformaram em modelos institucionais, e os grandes problemas sociais tornaram-se oportunidades de ações sociais sustentáveis, passando de obstáculos ao desenvolvimento a fatores que levam ao desenvolvimento social local e regional.

A ação social sustentável passa pela erradicação ou diminuição da pobreza de forma sustentável, apresenta foco, durabilidade e eficiência econômica, atingindo, assim, os mais

necessitados e provoca mudanças sustentáveis em suas vidas: geração de renda e emprego, melhoria da qualidade de vida, condições institucionais para o exercício da cidadania, empregabilidade, empreendedorismo, inserção social, integração, sociabilidade, mobilização etc.

O conceito de Sustentabilidade foi caminhando na direção das práticas de gestão ambiental social e de fomento ao emprego, à cidadania e empregabilidade. No período de 70 a 80, o conceito de Sustentabilidade se caracterizava como ambientalismo sustentável, influenciado pelas questões de preservação do meio ambiente. Nos anos de 80 a 90, a visão de Sustentabilidade tornou-se mais abrangente, com ênfase na cidadania empresarial, incluindo questões de Responsabilidade Social e de preservação do meio ambiente. Nos anos 2000, a ênfase passou a estar na transparência da gestão e das ações empresariais, surgindo uma nova dimensão de sustentabilidade – a governança corporativa.

Os projetos sustentáveis eram vistos como conjunto de ações para minimizar os impactos ambientais. Nos anos 70, sustentabilidade modificou-se para a prevenção dos riscos e danos causados ao meio ambiente. A partir da década de 80, surge a Responsabilidade Social, que exige das empresas, além da preocupação ambiental, a minimização dos riscos sociais e a busca de soluções para os problemas sociais das comunidades. Hoje os projetos sustentáveis preveem ações de eliminação, prevenção ou minimização de riscos sociais e ambientais, geração de emprego, renda e trabalho, promoção da cidadania e defesa da ética nos negócios (MELO NETO, 2004).

Na reunião do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrido em outubro de 2003 no Rio de Janeiro, foi definida nova abrangência para o conceito de sustentabilidade. Os principais aspectos tratados foram: conservação do meio ambiente, redução dos custos de energia, investimento em pesquisa e desenvolvimento e Responsabilidade Social.

Segundo Melo Neto (2004), a partir dessa reunião, a Responsabilidade Social foi incorporada ao conceito de sustentabilidade, representando um novo padrão de desenvolvimento com crescimento econômico, inclusão social e justiça ambiental, visando: a preservação dos recursos naturais, a inclusão social, a inserção das camadas mais pobres nos mercados consumidores e foco nos mercados mais pobres. A evolução do conceito de sustentabilidade passa pela compreensão de um processo histórico que começou na filantropia e evoluiu para uma constante disputa contra todas as misérias humanas.

O conceito de sustentabilidade ampliou-se de preservação de recursos naturais para conservação do meio ambiente, redução de custos com energia, investimento em P&D, Responsabilidade Social, inclusão social, geração de emprego e renda, estímulo ao empreendedorismo etc. Mais recentemente, a sustentabilidade passou a ser um parâmetro de avaliação de risco para os bancos comerciais, e não mais um atributo das ações, projetos, produtos e serviços da empresa. Em resumo passou a ser pré-requisito para a sobrevivência e sucesso do negócio.

Há alguns anos, uma empresa era considerada socialmente responsável apenas por cumprir a lei, pagar em dia seus impostos e gerar empregados. A empresa poderia dedicar-se a ações de filantropia, e seus recursos seriam utilizados para mitigar algum tipo de dor social. No entanto, os tempos e as necessidades mudaram. A ação humana não é mais localizada, ela passou a ter impactos muito mais abrangentes e de alcance planetário.

Segundo Adalberto Marcondes (2008), um dos parâmetros mais aceitos é o do *Triple Bottom Line*, que estabelece a necessidade de um equilíbrio entre as ações e resultados econômicos, ambientais e sociais das organizações. Ou seja, uma organização sustentável precisa ser economicamente lucrativa, ambientalmente correta e socialmente responsável, e as ações de sustentabilidade precisam ser parte das estruturas de gestão das organizações e não apenas ações pontuais.

As empresas estão habituadas a realizar ações de filantropia, quando doam recursos financeiros ou materiais para a realização de eventos em prol de terceiros. Essas ações são o primeiro passo de uma escalada em direção à sustentabilidade. Porém, apresentam apenas caráter eventual ou até mesmo de marketing. O segundo passo está relacionado às ações de Responsabilidade Social. As empresas assumem compromissos e estabelecem metas de desempenho para suas ações socioambientais.

Conforme Adalberto Marcondes (2008), as empresas socialmente responsáveis atuam além do que exige a lei, de forma permanente e como parte de seu planejamento estratégico. Este é o caso, por exemplo, de organizações que fazem trabalhos de formação profissional para públicos distintos, que têm um relacionamento permanente com seus *stakeholders*. Essas organizações têm a percepção de que existem outros valores desejáveis além do lucro que poderão garantir bons resultados para a empresa. Sabem, por exemplo, que passivos sociais e ambientais podem ter um impacto negativo sobre sua marca e cuidam para que eles não existam ou sejam neutralizados.

A sustentabilidade é um compromisso com o futuro, não é uma meta que possa ser atingida, mas um caminho que as organizações devem trilhar em busca de melhores soluções para os problemas humanos: econômicos, sociais ou ambientais. Esse compromisso com o futuro se expressa de diversas maneiras e em distintos graus dentro das organizações. O fundamental é que esteja sempre permeando qualquer decisão dentro dos processos de gestão. Nenhuma ação humana ou empresarial está isenta de impactos e todos eles devem estar previstos de forma a poderem ser neutralizados ou minimizados.

O exercício cotidiano da responsabilidade e a busca permanente por menos e menores riscos e externalidades negativas estabelece o ser responsável. Este modo de gestão deixa de ser uma busca da satisfação dos acionistas e coloca a organização em nova trajetória, quando sua ação passa a ser parte do processo civilizatório que deverá levar a sociedade humana a ter mais e melhor qualidade de vida nos próximos séculos.

Nos casos em que as empresas têm muito mais recursos e poder do que os Estados, segundo Adalberto Marcondes (2008), a contribuição das empresas será determinante para mudanças estruturais nos modelos atuais de produção e consumo, em que o lucro é um valor absoluto e permanente.

O conceito de sustentabilidade, de acordo com Ignacy Sachs (2000), comporta sete aspectos ou dimensões principais, a saber:

1-Sustentabilidade Social - melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular;

2-Sustentabilidade Econômica - pública e privada, regularização do fluxo dos investimentos, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamento, acesso à ciência e tecnologia;

3-Sustentabilidade Ecológica - o uso dos recursos naturais deve minimizar danos aos sistemas de sustentação da vida: redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e energia, conservação, tecnologias limpas e de maior eficiência e regras para uma adequada proteção ambiental;

4-Sustentabilidade Cultural - respeito aos diferentes valores entre os povos e incentivo a processos de mudança que acolham as especificidades locais;

5-Sustentabilidade Espacial - equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio de migrações, desconcentração das metrópoles, adoção de práticas agrícolas mais

inteligentes e não agressivas a saúde e ao ambiente, manejo sustentado das florestas e industrialização descentralizada;

6-Sustentabilidade Política - o caso do Brasil, a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, construção de espaços públicos comunitários, maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos;

7-Sustentabilidade Ambiental - conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social. Abarca todas as dimensões anteriores através de processos complexos.

1.2 Desenvolvimento Sustentável

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. A mais importante conquista da conferência foi colocar esses dois termos, meio ambiente e desenvolvimento juntos, concretizando a possibilidade apenas esboçada na Conferência de Estocolmo, em 1972, e consagrando o uso do conceito de desenvolvimento sustentável, defendido, em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland).

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, um amplo e abrangente programa de ação, visando à sustentabilidade global no século XXI. É um documento que estabeleceu a importância do comportamento de cada país em refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

Segundo Ignacy Sachs (2000), o grande marco para o desenvolvimento sustentável mundial foi, sem dúvida, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 a Rio 92, que aprovou a Agenda 21 dentre outros importantes documentos. A Agenda 21 é um plano de ação mundial para orientar a transformação desenvolvimentista, e que identificou, em 40 capítulos, 115 áreas de ação prioritária. A Agenda 21 apresenta como um dos principais fundamentos da sustentabilidade o fortalecimento da democracia e da cidadania, por meio da participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento, combinando ideais de ética, justiça, participação,

democracia e satisfação de necessidades. O processo iniciado no Rio em 92 reforça que, antes de se reduzir a questão ambiental a argumentos técnicos, devem-se consolidar alianças entre os diversos grupos sociais responsáveis pela catalisação das transformações necessárias.

O conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades, foi concebido de modo a conciliar as reivindicações dos defensores do desenvolvimento econômico com as preocupações de setores interessados na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Essa formulação é uma resposta aos problemas e desigualdades sociais, comprometendo a satisfação das necessidades de uma parcela significativa da população mundial; e uma resposta ao processo de degradação ambiental gerado pelo estilo de crescimento, que tende a limitar as oportunidades das gerações futuras.

Em 2002, a Cúpula da Terra sobre Desenvolvimento Sustentável, de **Joanesburgo**, reafirmou os compromissos da Agenda 21, propondo a maior integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) por meio de programas e políticas centrados nas questões sociais e, particularmente, nos sistemas de proteção social.

O conceito de desenvolvimento sustentável, expresso na Cúpula Mundial em 2002, envolve o objetivo de desenvolvimento atual (a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes) e, ao mesmo tempo, distingue o fator que limita tal desenvolvimento e pode prejudicar as gerações futuras (o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra).

Segundo Ismael Barajas (2002) em suas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, o quadro teórico sobre o tema vem de diversos campos do saber, como ciências naturais, engenharia, sociologia, política e economia, mostrando uma amplitude multidisciplinar para o entendimento do que realmente constitui o problema de desenvolvimento sustentável e suas respectivas soluções.

O desenvolvimento sustentável procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo, sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra. Enquanto o desenvolvimento sustentável pode requerer ações distintas em cada região do mundo, os esforços para construir um modo de vida verdadeiramente sustentável requerem a integração de ações em três áreas-chave:

Crescimento e Equidade Econômica – Os sistemas econômicos globais, hoje interligados, demandam uma abordagem integrada para promover crescimento

responsável de longa duração, ao mesmo tempo em que assegurem não ser nenhuma nação ou comunidade deixada para trás;

Conservação de Recursos Naturais e do Meio Ambiente – Para conservar nossa herança ambiental e recursos naturais para as gerações futuras, soluções economicamente viáveis devem ser desenvolvidas com o objetivo de reduzir o consumo de recursos, deter a poluição e conservar os habitats naturais;

Desenvolvimento Social – Em todo o mundo, pessoas precisam de emprego, alimento, educação, energia, serviço de saúde, água e saneamento. Enquanto discutem tais necessidades, a comunidade mundial deve também assegurar que a rica matriz de diversidade cultural e social e os direitos trabalhistas sejam respeitados, e que todos os membros da sociedade estejam capacitados a participar na determinação de seus futuros.

Segundo Melo Neto (2004), toda vez que utilizamos o conceito de sustentabilidade é necessário explicar o seu conteúdo considerando-se a vasta abrangência do seu significado e a sua multifuncionalidade.

Sustentabilidade incorporada ao conceito de desenvolvimento encerra a ideia de preservação de recursos naturais, crescimento econômico, geração de emprego e renda. Por outro lado, a sustentabilidade ligada a uma ação econômica, política, cultural ou social apresenta uma ação transformadora que foca na comunidade e na sociedade em geral. Em verdade, não é a ação em si que é sustentável. A comunidade ou sociedade se torna sustentável, na medida em que procura alternativas de geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida, e busca soluções inovadoras na solução de problemas sociais. A comunidade assume a direção de seu desenvolvimento, mobilizando-se e agindo.

A sustentabilidade exige a convergência de mercados em busca de objetivos comuns, gerando ações e ferramentas que contribuam para essa integração. A sustentabilidade deve ser encarada como investimento e não despesa, tanto nas empresas privadas e comunidade quanto no setor público, beneficiando a todos.

Do lado corporativo, além de fortalecer as estruturas da empresa no mercado, oferecendo credibilidade e confiabilidade à marca, a visão sustentável também auxilia na aquisição de créditos e contribui para a eficiência do negócio, gerando maior lucratividade.

Observando-se as mudanças no mercado mundial, verificamos que as principais bolsas de valores do mundo, incluindo a BM&F/Bovespa trabalham índices diferenciados para os

negócios sustentáveis, e suas ações têm mostrado uma estabilidade maior do que as outras, mesmo em tempos de crise. Os bancos de varejo disputam a posição do “mais sustentável”, demonstrando mais segurança no longo prazo.

A premissa do Desenvolvimento e Gestão Sustentável é gerar uma relação de harmonia entre os agentes econômicos, ambientais e sociais. A Gestão Sustentável caracteriza-se por ser modelo de crescimento empresarial, sem exclusão social e com respeito ao meio ambiente. Ela é fator de sobrevivência das grandes corporações. A Gestão Sustentável depende de fatores como: Estado, cidadãos e empresários, e apoia-se nas variáveis social, política, ambiental e ética. A Gestão Sustentável tem como objetivo o fim do desperdício de investimentos, matérias-primas, energia e talento humano, sem a transferência futura de custos exponenciais, capazes de invalidar as conquistas do presente.

O Desenvolvimento e Gestão Sustentáveis são essenciais o crescimento econômico e social de qualidade, considerando melhor distribuição de renda e mantendo parte da riqueza no local onde é gerada. Nas comunidades pobres, em especial, o Desenvolvimento e Gestão Sustentáveis são muito importantes, porque geram reserva de recursos, em detrimento do processo de mundialização do capital.

1.3 Avanços em relação aos ODS

Chefes de Estado, de governo e altos representantes reuniram-se de 25 a 27 de setembro de 2015 na sede das Nações Unidas em Nova York para deliberar sobre os novos objetivos do desenvolvimento sustentável global, considerando os pilares dos objetivos do desenvolvimento do milênio cuja agenda venceu no final de 2015. Após a análise de relatórios de especialistas que colaboraram com a ação, eles chegaram a 17 objetivos (ODS) e 169 metas a serem atingidas até 2030. Este é um plano ambicioso que visa erradicar a pobreza extrema e acabar com a fome em todos os lugares, combater as desigualdades, construir sociedades pacíficas, proteger os recursos naturais do planeta, englobando as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Os ODS se mostram ainda mais desafiadores na medida em que consideramos que a população no planeta ultrapassa 7 bilhões de pessoas, e aumenta em torno de 80 milhões a cada ano. Segundo Ladislau Dowbor (Dowbor 2013), considerando o sistema político e econômicos atuais, a desigualdade tende a aumentar, pois cerca de 2/3 desse crescimento populacional se dá na área da miséria.

Os esforços dos objetivos do desenvolvimento do milênio trouxeram grandes avanços no desenvolvimento e diminuição do número de pessoas na extrema pobreza, além de outros avanços sociais. Nos esforços dos ODS observamos nações colaborando entre si e engajadas nos novos objetivos que estão ancorados em cinco dimensões entrelaçadas: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. A figura 1 ilustra como tais dimensões estão integradas. A seguir temos uma breve explanação sobre cada uma dessas dimensões¹.

QUADRO 1 - Os 5 P's da Agenda 2030



Fonte: www.pnud.org.br/ods.aspx

Pessoas: primeiro pilar para os objetivos do desenvolvimento sustentável, o qual tem por objetivo principal erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras, garantir a dignidade e a igualdade; indicadores sociais já existentes como o IDH mostra o grau de desenvolvimento humano, e é formado basicamente por três outros índices: expectativa de vida ao nascer, índice de educação e índice de renda; os indicadores sociais pode indicar um caminho, mas não dá uma visão geral que o eixo exige; o coeficiente de GINI principal índice que mostra a desigualdade de renda, e outros índices isolados mostram cada um em separado a realidade a que se referem; o eixo pessoas é abrangente o que torna sua compreensão mais complexa.

Planeta: segundo pilar para os objetivos do desenvolvimento sustentável, esta dimensão tem por objetivo proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras, promover o Desenvolvimento Sustentável; o seu significado pode estar ligado a diferentes

¹ www.pnud.org.br/ods.aspx

áreas, como por exemplo: ecologia e meio ambiente, desenvolvimento social ou crescimento econômico; a dimensão se refere a um modelo social, econômico, ecológico, cultural, político e ambiental, que venha a satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades.

Prosperidade: terceiro pilar para os objetivos do desenvolvimento sustentável, tem o objetivo de garantir vidas prosperas e plenas em harmonia com a natureza; prosperidade, segundo o dicionário Houaiss, significa grande produção de alimentos e bens de consumo: abundancia, fartura, prosperidade para os objetivos do desenvolvimento sustentável está profundamente ligada à harmonia com a natureza, logo não se deve pensar na prosperidade apenas como uma acumulação de bens ou aumento na produção, uma vez que os objetivos do desenvolvimento sustentável entrelaçam as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Paz: quarto pilar para os objetivos do desenvolvimento sustentável, o qual tem por objetivo promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; talvez seja o tema mais complexo a ser trabalhado pelas nações, dada a diversidade étnica, cultural e religiosa global; como promover um consenso é praticamente impossível, então chegar a um nível de respeito a diversidade é essencial para se promover a paz; a crescente violência local gerada pela pobreza vem de encontro ao primeiro pilar dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Parcerias: quinto pilar para os objetivos do desenvolvimento sustentável, seu objetivo é implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida, isso implica na formação de redes colaborativas e globais; nas redes os objetivos definidos coletivamente ajudam a articular pessoas e instituições que se comprometem em superar de maneira conjunta os problemas colocados; o próprio acordo sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável mostra essa parceria; a colaboração entra as nações para se chegar ao bem comum é um exemplo de articulação a ser seguido.

Após várias reuniões e debates sobre as dimensões acima citadas se chegou a um consenso sobre os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e as 169 metas as quais estão listadas na integra no anexo 1.

CAPÍTULO 2 - A REDE NOSSA SÃO PAULO, O GPS e OS ODS PARA CIDADES

Este segundo capítulo nos auxilia na reflexão sobre a responsabilidade das Redes e Parcerias que estão sendo firmadas a partir das facilidades que as Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação estão oferecendo para as diversas esferas públicas e privadas no mundo contemporâneo. Experiências brasileiras como a da Rede Nossa São Paulo e o Programa Cidades Sustentáveis conjugados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas são estudados, compreendidos, e discutidos como estão sendo colocados em prática a nível nacional para que o país ganhe novas forças para superar a crise que o assola do ponto de vista político, social e econômico.

2.1 A Experiência da Rede Nossa São Paulo²

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 dispõe que o desenvolvimento de objetivos e metas, tal qual aplicado em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são necessários para que por meio de ações focadas e coerentes possa ocorrer o desenvolvimento sustentável. Decidiu-se estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente que fosse aberto a todos, com vistas a elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³ (ODS).

Após mais de três anos de discussão, os líderes de governo e de estado aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Ela busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável. A Agenda consiste em uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, e um arcabouço para acompanhamento e revisão.

O conjunto de objetivos e metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos

² Informações obtidas no site da Rede Nossa São Paulo: www.nossasaopaulo.org.br..

³ Sobre os ODS ver <http://www.pnud.org.br/ods.aspx>

de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho deles e responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Os ODS foram aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (25-27 de setembro 2015), e sua implementação é um desafio que requer parceria global com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia, e Nações Unidas.

Os esforços conjuntos para o alcance dos ODM até o fim de 2015 não se encerraram nessa data. Os ODS, embora de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local.

Na disseminação e no alcance das metas estabelecidas pelos ODS, é preciso promover a atuação dos governantes e gestores locais como protagonistas da conscientização e mobilização em torno dessa Agenda.

A seguir estão listados os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Objetivo 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Objetivo 14 - Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A Rede Nossa São Paulo surgiu em 2010 com a organização da sociedade civil em um momento de grande fragilidade da credibilidade das instituições públicas e da democracia. O objetivo da rede é fortalecer a articulação de um amplo campo social, construindo uma força política, social e econômica capaz de comprometer a sociedade e sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de metas com a finalidade de oferecer melhor qualidade de vida para todos os habitantes da cidade.

A rede vem crescendo em sua trajetória e hoje interage com mais de 700 organizações da sociedade civil, apresenta crescimento horizontal e não tem presidente nem diretoria, conta com empresas e cidadãos que desejam contribuir para o desenvolvimento de São Paulo, e está

baseada em quatro grandes pilares: programa de indicadores e metas, acompanhamento cidadão, educação cidadã e mobilização cidadã, os quais são explicados no próximo item.

A rede elaborou doze eixos com base nestes quatro pilares, cada qual com um conjunto de indicadores e metas, e criou o Programa Cidades Sustentáveis⁴ com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das cidades brasileiras, o Guia Gestão Pública Sustentável (GPS) surgiu com base nestes pilares, e foi elaborado em parceria com o Núcleo de Estudos do Futuro (NEF) da PUC-SP para auxiliar na melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população em geral.

O programa elaborou também uma carta compromisso direcionada aos partidos políticos, candidatos e prefeitos no intuito de colaborar com a gestão pública na melhoria da qualidade de vida da população. A carta representa um compromisso dos gestores para trabalharem as prioridades levando em consideração as variáveis econômicas, sociais, ambientais e culturais no contexto local, e conta com a adesão de 285 municípios os quais contribuíram para o surgimento de observatórios de indicadores em 105 destes municípios.

2.2 O GPS para Cidades da Rede Nossa São Paulo

A melhoria da situação atual pelo Programa Cidades Sustentáveis depende da promoção de sinergias entre os avanços científico-tecnológico, sociocultural e institucional a partir das prefeituras, de modo a harmonizar os processos e impactos do desenvolvimento em nível local, tornando-o sustentável. O GPS para cidades sustentáveis está baseado nos quatro pilares explicados a seguir:

- 1) Programa de indicadores e metas: selecionar e organizar os principais indicadores de qualidade de vida para a região de cada subprefeitura e distrito, e manter um banco de dados sobre iniciativas exemplares de sustentabilidade urbana;
- 2) Acompanhamento cidadão: comunicar e disponibilizar a evolução dos indicadores relativos à qualidade de vida em cada subprefeitura e distrito, fazer o monitoramento sistemático dos trabalhos da Câmara Municipal, acompanhar o Orçamento Municipal, e realizar pesquisas anuais de percepção da população sobre as várias ações municipais em todas as regiões administrativas da cidade;

⁴ Ver site <http://www.cidadessustentaveis.org.br/>

- 3) Educação cidadã: realizar ações e campanhas visando a revalorização do espaço público, a melhoria da autoestima e o sentimento de pertencimento à cidade; e,
- 4) Mobilização cidadã: incentivar a incorporação de novas lideranças, empresas e organizações sociais no movimento, constituir fóruns nas regiões de todas as regiões de São Paulo, manter os portais como canais de comunicação efetivos, gerar exemplo para outras cidades, Estados e regiões do Brasil (Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis).

A elaboração de um planejamento urbano moderno depende de uma abordagem sistêmica pautada na sustentabilidade, que seja capaz de captar as interações existentes entre os diferentes campos que interagem no município: econômico, cultural, social, ecológico, tecnológico, tributário, demográfico etc. O plano deve envolver os diversos órgãos municipais relacionados a esses temas e realizar uma análise integrada das informações.

O planejamento estratégico baseado em uma abordagem sistêmica e participativa deve considerar a execução dos projetos sob uma visão de curto, médio e longo prazo, a fim de assegurar a continuidade dos programas, especialmente das obras de infraestrutura, normalmente mais demoradas. As metas estabelecidas devem ser monitoradas publicamente ao longo do tempo, e as diretrizes devem estar contempladas no Plano Diretor e no Plano Plurianual.

O Plano Diretor é exigido pela Constituição para municípios com mais de 20 mil habitantes, sendo um instrumento da política de desenvolvimento urbano. O seu principal objetivo é oferecer condições para o desenvolvimento local, ao possibilitar uma compreensão dos fatores políticos, econômicos e territoriais relativos ao município. Os princípios que norteiam o Plano Diretor estão contidos no Estatuto da Cidade, documento no qual o plano está definido como instrumento básico para orientação da política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município.

O Plano Plurianual (PPA) também é exigido Constituição Federal, e especifica os gastos anuais da administração municipal que serão destinados a obras e projetos estabelecidos no plano de ação governamental ou no Plano Diretor. O PPA deve ser elaborado no primeiro ano de gestão do prefeito eleito, abrangendo o período de quatro anos da gestão municipal, com vigência a partir do segundo ano da administração, até o primeiro ano da gestão posterior.

O GPS está baseado no planejamento estratégico e coloca para início do processo cinco perguntas como ponto de partida, elas constituem um check-up da situação atual e, a luz das respostas, permitem a visualização do que será preciso realizar ao longo das gestões atual e futuras:

1. Como o Programa Cidades Sustentáveis pode ajudar a avaliar a situação geral do município, superar desafios e identificar caminhos que o levem na direção de um futuro desejado?
2. De que forma a divulgação do Programa Cidades Sustentáveis pode ajudar a mobilizar a administração do município e a sociedade em geral?
3. Haverá uma equipe responsável pela elaboração do diagnóstico inicial, do planejamento, da implementação e do monitoramento do programa?
4. A equipe de governo está alinhada aos compromissos assumidos e disposta a utilizar as ferramentas oferecidas pelo Programa Cidades Sustentáveis?
5. Que tipo de parcerias, apoios e convênios externos seriam necessários para desenvolver o programa?

2.3 O programa Cidades Sustentáveis e os ODS

Como vimos, o Programa Cidades Sustentáveis tem como objetivo contribuir com as equipes responsáveis nas prefeituras para desenvolver seu Plano Diretor e estabelecer Metas Estratégicas. Para isso, propõe que esse processo seja baseado em diretrizes, indicadores e metas, organizadas em 12 eixos temáticos:

- 1- Governança: Fundamentado na articulação entre o sistema político-administrativo, que rege o processo decisório na esfera pública, e os diferentes atores sociais dos territórios municipal, estadual ou federal.
- 2- Bens Naturais Comuns: Compreende os elementos do meio físico, tais como a água, o solo e o ar, e os diferentes ecossistemas terrestres que, além de necessários para sustentar a vida humana, comportam diferentes espécies da fauna e da flora brasileira.
- 3- Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz: Refere-se ao acesso igualitário aos serviços públicos de saúde, educação, cultura, segurança e moradia e às oportunidades reais de ocupação profissional.

- 4- Gestão Local para a Sustentabilidade: Busca pelo desenvolvimento sustentável efetivo e viável demanda que sejam implementadas gestões bem planejadas, com visão de futuro, capacidade de antecipação e de governança sobre as transformações econômicas, sociais e ambientais locais.
- 5- Planejamento e Desenho Urbano: Engloba concepções, planos e programas de gestão de políticas públicas, por meio de ações que permitam maior harmonia entre intervenções no espaço urbano e o atendimento às necessidades específicas da população.
- 6- Cultura para a Sustentabilidade: Conceito necessário à integração entre os diversos setores da administração municipal, pois leva à valorização da identidade local e da gestão participativa, além de contribuir para fomentar a produção local.
- 7- Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida: Está baseado no aprimoramento da consciência crítica da sociedade.
- 8- Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável: Permite o aproveitamento eficiente e inteligente das vocações regionais e das características do território, e incorpora inovações e incentiva tendências que buscam zerar o impacto ambiental e a utilização de recursos naturais não renováveis.
- 9- Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida: Consumir de forma sustentável significa escolher bens e serviços que atendam às necessidades básicas e proporcionem melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que minimizam o uso de recursos naturais e de materiais tóxicos, bem como a geração de resíduos e a emissão de poluentes.
- 10- Melhor Mobilidade, Menos Tráfego: Busca por soluções para o fenômeno contemporâneo da expansão urbana e do crescimento da frota de veículos.
- 11- Ação Local para a Saúde: Ação local para a saúde, como política pública, significa a promoção de iniciativas, informações e conhecimentos para se ter uma vida mais saudável, assim como investimentos no sistema público para que ele possa ser mais efetivo no atendimento às necessidades da população.
- 12- Do Local para o Global: Parte da premissa de que ações locais provocam impactos globais, sejam benéficos ou prejudiciais.

No intuito de adequar-se aos desafios do desenvolvimento sustentável, a rede Nossa São Paulo realizou uma correspondência entre seus doze eixos temáticos e os ODS, conforme sua interpretação do que se entende como contribuição aos ODS. A tabela 1 mostra os doze eixos temáticos e a respectiva correspondência que fizeram com os ODS.

TABELA 1- Eixos Rede Nossa São Paulo x ODS

Eixos NSP	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
1 - Governança	2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.
	11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
	14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
2 - Bens Naturais Comuns	1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
	10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
	11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
3 - Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
	17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
4 - Gestão Local para a Sustentabilidade	11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
5 - Planejamento e	4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover

Desenho Urbano	oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
6 - Cultura para a Sustentabilidade	4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
7 - Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida	2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia. 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
8 - Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável	6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos. 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia. 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
9 - Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
10 - Melhor Mobilidade, Menos Tráfego	2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
11 - Ação Local para a Saúde	7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia. 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.
12 - Do Local para o Global	5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Fonte: elaborada pelo autor

Ao analisar a tabela acima observamos que os doze eixos temáticos da rede Nossa São Paulo fazem correspondência com os dezessete objetivos do desenvolvimento sustentável. Porém, ao analisar detalhadamente o trabalho disponibilizado em seu GPS, verificamos que a

distribuição adotada não contempla todas as 169 metas estabelecidas nos ODS. Concluímos que para atender plenamente aos objetivos e suas respectivas metas, se torna necessária a revisão ou adaptação do trabalho que foi realizado. Outro ponto importante a se ressaltar é o de que nos casos em que as metas de um objetivo específico são atendidas, em alguns casos o objetivo está disperso em eixos diferentes o que torna a compreensão confusa e, consequentemente, difícil a mensuração para o devido acompanhamento.

CAPÍTULO 3 – A REDE IBERO-AMERICANA DE PROSPECTIVA, O GPS E OS ODS PARA PAÍSES

Neste capítulo será apresentado o como e porque o Núcleo de Estudos do Futuro está contribuindo para a superação dos problemas da região Ibero-Americana por meio do impulso dado para o surgimento da Rede Ibero-Americana de Prospectiva, com objetivos e princípios ligados às preocupações das Nações Unidas, e em particular em relação ao Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa apresenta uma forma de adequar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com os eixos temáticos do Guia de Gestão Pública Sustentável para países RIBER, bem como o caminho para a implementação de um Observatório ORIBER que possa servir de Plataforma para monitoramento da Região.

3.1 A Rede Ibero-Americana de Prospectiva (RIBER⁵)

A Rede Ibero-Americana de Prospectiva - RIBER surgiu recentemente e inicialmente como um capítulo do Projeto Milênio com o objetivo de promover o estudo da prospectiva nos países Ibero-americanos, criar uma comunidade de competências, conceitos, métodos e práticas em prospectiva, e organizar a rede para analisar e trocar informações sobre os diferentes países Ibero-Americanos e suas práticas de prospectiva de forma a contribuir como o desenvolvimento da Região.

A RIBER tem como visão ser uma referência internacional referente ao planejamento estratégico da região Ibero-Americana articulando iniciativas globais e, sinergicamente, tem como missão contribuir estrategicamente e de forma efetiva e eficiente para o desenvolvimento político, econômico, social, cultural e ambiental na região Ibero-Americana.

O NEF da PUC-SP como um dos fundadores da RIBER por meio da Cátedra Ignacy Sachs de Desenvolvimento Sustentável oficializou sua contribuição acadêmica focando o tema desenvolvimento sustentável, e aproveitando sua experiência em trabalhos relacionados a novos indicadores de riqueza, se ofereceu dessa forma para contribuir na RIBER com a sua visão estratégica de futuro e missão, em favor do desenvolvimento sustentável da região.

Para essa finalidade o NEF elaborou e colocou à disposição do RIBER um Guia para a Gestão Pública Sustentável, um “GPS”, que possa servir como “mapa do caminho” para

⁵ Informações obtidas no site da Rede Ibero-Americana de Prospectiva
<http://www.pucsp.br/catedraignacysachs/riber.html>

orientar as equipes das secretarias responsáveis pelas gestões locais a elaborarem um diagnóstico, um prognóstico e um Plano Diretor com suas prioridades estratégicas, e um plano de metas centrado no desenvolvimento sustentável, para e a partir do contexto local, mas sem esquecer o regional. Este plano deve possibilitar a gestão de processos e projetos de forma eficiente e transparente, que ajude a conduzir o país do estágio em que se encontra até o estágio que almeje chegar, com o objetivo de contribuir no ecossociodesenvolvimento dos países Ibero-Americanos, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral.

O NEF através da Cátedra Ignacy Sachs e do observatório ORIBER em desenvolvimento, oferece um banco de dados atualizado com uma série de indicadores de referência internacional que estão divididos conforme sua relevância para cada um dos eixos temáticos do GPS para monitoramento e análises locais e regionais.

3.2 O GPS para países da RIBER

O GPS propõe uma forma de contribuir na superação de desafios sobre como equilibrar a necessária dinâmica econômica com a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio social, que consiste na promoção, a partir das secretarias de planejamento de cada país, de sinergias entre os setores científico-tecnológico, sociocultural e institucional, que harmonizem os processos e impactos do desenvolvimento ao nível local, tornando-o sustentável, procurando sempre estimular a participação dos cidadãos como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, e aproveitando de modo efetivo a troca de informações e experiências com outros países da região ibero-americana e suas redes de contatos.

Uma abordagem sistêmica pautada na sustentabilidade é importante na elaboração de um planejamento que seja capaz de captar as interações existentes entre os diferentes campos que interagem no país: econômico, cultural, social, ecológico, tecnológico, tributário e demográfico. Esse plano deve envolver as diversas secretarias e diversos órgãos relacionados a esses temas e realizar uma análise integrada das informações ao nível nacional e local.

O GPS está pautado nos 15 eixos temáticos do Programa Países Sustentáveis mencionados a seguir:

1 Recursos Básicos: Água, Alimento e Energia: Reconhece a interdependência entre esses três recursos básicos e coloca a questão da fome e da segurança alimentar em sintonia com a abordagem do ecossociodesenvolvimento de Ignacy Sachs.

2 Moradia: Após suprir as necessidades básicas, alimento e água, o ser humano vai a busca de um nível mais alto das necessidades como descrito na visão de Maslow, após suprir as necessidades fisiológicas os indivíduos o chamado shelter que significa tanto moradia, abrigo quanto segurança.

3 Segurança e Paz: A paz é entendida como um processo que compreende, ausência de violência física e psicológica organizada, a satisfação das necessidades humanas básicas, estruturas institucionalizadas de proteção e promoção dos direitos humanos e de partilha de poder.

4 Saúde e Meio Ambiente: Saúde e meio ambiente são temas interligados, pois fatores ambientais afetam significativamente a saúde humana.

5 Desigualdade e Inclusão Social de Gênero: Visa abordar uma área crítica como as mulheres e a pobreza, a violência contra as mulheres e seus direitos humanos.

6 O Futuro da Educação e do Trabalho: Busca a visão de países que sejam capazes de formar e habilitar seus cidadãos para uma vida em equilíbrio com a natureza, cujo estilo deverá ser saudável e sustentável.

7 Transformação Produtiva e Inovação Sustentável: Sustentabilidade e a inovação integram as questões emergentes para o crescimento com qualidade, a transformação produtiva é um dos caminhos e soluções para o desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento.

8 Integração e Alianças Estratégicas: Pautada em objetivos podem ser divididos em quatro dimensões como, melhor acesso aos recursos econômicos, sociais ou naturais, acesso à novos mercados, desenvolvimento e ganhos de produtividade, desenvolvimento de competências que funcionam como barreiras à novos competidores.

9 Tendências de Longevidade: A longevidade humana está inserida no contexto socioeconômico, com a queda da mortalidade e aumento da expectativa de vida.

10 Mudança Climática e Energias Renováveis: Aborda os riscos das mudanças climáticas e do aquecimento global para o futuro da humanidade e dos ecossistemas.

11 Biodiversidade: Capital Natural e Social: Aborda a biodiversidade em qualquer meio, de qualquer localidade, seja rural, urbano, costeiro, aquático, aéreo, terrestre e contempla os fenômenos de variabilidade das espécies nestes meios.

12 Resiliência: Segue a premissa de que resiliência pode ser definida como a capacidade de longo prazo para um sistema lidar com variações ou mudanças e continuar a se desenvolver.

13 Democracia e Redes Sociais: As redes sociais tornaram a comunicação de massa horizontal e promoveram a autonomia da produção de conteúdo alterando profundamente o modo como a democracia atinge a população.

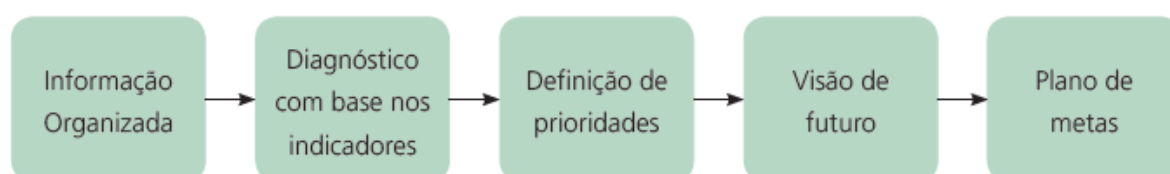
14 Governança e Empoderamento Cidadão: Segue a premissa do banco mundial que de que governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento.

15 Bem-Estar e Qualidade de Vida: Segue a premissa do banco mundial de que governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento.

O GPS tendo o objetivo de contribuir com o planejamento estratégico para o programa de países sustentáveis coloca para início do processo cinco perguntas como ponto de partida, elas constituem um check-up da situação atual e, ajudam na visualização do que será preciso realizar ao longo da gestão atual e futura.

- 1- Como o Programa Países Sustentáveis pode ajudar a avaliar a situação geral do país, superar desafios e identificar caminhos que o levem na direção de um futuro desejado?
- 2- De que forma a divulgação do Programa Países Sustentáveis pode ajudar a mobilizar a administração do país e a sociedade em geral?
- 3- Quem faz, ou irá fazer, parte da equipe responsável pelo processo do diagnóstico inicial, do planejamento, da implementação e do monitoramento do programa?
- 4- A equipe de governo está ciente dos compromissos assumidos e está disposta a apoiar sistematicamente o Programa Países Sustentáveis?
- 5- Que tipo de parcerias, alianças, apoios e convênios externos seriam necessários para desenvolver o programado?

QUADRO 2 - O passo a passo do planejamento RIBER



Fonte: Guia GPS Gestão Pública Sustentável

O NEF através da Cátedra Ignacy Sachs e do observatório ORIBER oferece um banco de dados atualizado com uma série de indicadores de referência internacional que estão divididos conforme sua relevância para cada um dos eixos temáticos do GPS para monitoramento e análises locais e regionais.

3.3 Integrando os Eixos do GPS e os ODS

Assim como a Rede Nossa São Paulo traçou um paralelo de seus eixos com os ODS, nesta pesquisa foi realizada uma análise entre os eixos temáticos da RIBER com os objetivos e metas dos ODS. A tabela 2 mostra essa correspondência.

TABELA 2 – Eixos RIBER x ODS

Eixos RIBER	Objetivos ODS
1 -Recursos Básicos: Água, Alimento e Energia	1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.
	7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e preço acessível à energia.
	12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
2 – Moradia	14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
3 - Segurança e Paz	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
4 - Saúde e Meio Ambiente	3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
5 - Desigualdade e Inclusão Social de Gênero	5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
6 - O Futuro da Educação e do Trabalho	4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
	8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
7 - Transformação Produtiva e Inovação Sustentável	9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
8 - Integração e Alianças Estratégicas	17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
9 - Tendências de Longevidade	Não faz correspondência aos objetivos.
10 - Mudança Climática e Energias Renováveis	13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.
11 - Biodiversidade: Capital Natural e Social	15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
12 – Resiliência	11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
13 - Democracia e Redes Sociais	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir

	instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
14 - Governança e Empoderamento Cidadão	Está distribuído em vários objetivos.
15 - Bem-Estar e Qualidade de Vida	2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Fonte: elaborada pelo autor

Pela análise efetuada e observando a tabela acima, vemos que dois eixos temáticos do GPS da rede Ibero-Americana não fazem uma correspondência direta com os ODS, os eixos Tendências da Longevidade e o eixo Governança e Empoderamento Cidadão, os ODS não fazem menção direta ao envelhecimento da população, e o eixo Governança e Empoderamento Cidadão nos ODS estão integrados praticamente em todos os objetivos, verificamos também que a distribuição adotada não contempla todas as 169 metas estabelecidas nos ODS. Concluimos que para atender plenamente aos objetivos e suas respectivas metas, se torna necessária o uso de outra metodologia, a qual podemos tomar como ponto de partida a redistribuição dos indicadores conforme os 5P's dos objetivos do desenvolvimento sustentável, e que discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES PARA OS 5P’S A PARTIR DO GPS

Este capítulo apresenta uma pesquisa que desenvolveu indicadores para adequar os eixos temáticos da Rede Ibero-Americana tendo por base os cinco pilares da Agenda 2030, e traz uma análise estatística que envolve os indicadores da Rede Ibero-Americana e os pilares dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, utilizando dados extraídos do Observatório ORIBER.

4.1 Análise de indicadores sintéticos e analíticos

Considerando os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e suas 169 metas estão pautadas nos 5P’s - pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias esta pesquisa apresenta uma análise estatística dos indicadores utilizados pela RIBER também tendo por base os 5P’s, com o propósito de também adequar os 15 eixos temáticos da RIBER.

Os dados analisados foram extraídos do observatório ORIBER do Núcleo de Estudos do Futuro da Cátedra Ignacy Sachs da PUC-SP, os indicadores foram direcionados aos pilares conforme sua relevância para o tema, a tabela 3 mostra a relação dos indicadores dos eixos e suas realocações aos pilares.

TABELA 3 – Eixos temáticos da RIBER x 5P's

Eixos	Pessoas	Planeta	Prosperidade	Paz	Parcerias
1-RECURSOS BÁSICOS	X	X			
2-MORADIA	X	X			
3- SEGURANÇA E PAZ	X		X	X	
4- SAÚDE E MEIO AMBIENTE	X	X			X
5- DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE GÊNERO	X		X	X	X
6-O FUTURO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO	X		X		
7- TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL		X			X
8- INTEGRAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS	X				X
9-TENDENCIAS DE LONGEVIDADE	X				
10- MUDANÇA CLIMÁTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS	X	X			
11- BIODIVERSIDADE: CAPITAL NATURAL E SOCIAL	X	X	X		
12- RESILIÊNCIA	X				
13- DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS	X		X		
14- GOVERNANÇA E EMPODERAMENTO CIDADÃO	X		X	X	X
15- BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA	X	X	X		

Fonte: elaborado pelo autor

A análise foi realizada utilizando dados referentes a 132 países e foi utilizada uma série de indicadores de referência internacional incluindo a Região Ibero-Americana AIBER (22 países), um Região de países de Economias Avançadas AVECO (27 países) e o resto OTHERS (84 países). Uma especial atenção foi dada ao tratamento dos dados, pois este detalhe é importante para possibilitar a agregação dos indicadores, haja vista as diversas unidades de medida encontradas nos indicadores. O critério adotado foi a normalização dos indicadores entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados. Este critério é amplamente adotado em diversos outros índices e rankings, como o IDH.

A partir dos indicadores selecionados, $\{Bi:i=1,...,m\}$, normalizamos os dados através da seguinte fórmula:

$I_i = ((Bi - mini) / (maxi - mini)) * 100$, onde *maxi* e *mini* são, respectivamente, o limite superior e inferior para o indicador *i*.

Os dados foram normalizados entre 0 e 100, sempre obedecendo ao critério de quanto mais perto de 100, melhor, assim, para indicadores que são inversamente proporcionais, ou seja, quanto mais, pior, a normalização foi invertida, além disso, foram feitos ajustes em indicadores em que há omissão de informação por parte de alguns países. Os ajustes realizados dizem respeito a substituição de células vazias pelo valor médio das variáveis em cada variável.

Para o primeiro pilar - Pessoas - foram selecionadas 28 variáveis, sendo 5 índices sintéticos e 23 índices analíticos, no anexo 2 Variáveis Pilar Pessoas mostra as variáveis selecionadas e sua descrição.

Índices sintéticos: Estimated GNI per capita Female, Estimated GNI per capita Male, IDH, GINI index e Social Progress Index.

Índices analíticos: Maternal mortality rate, Stillbirth rate, Child mortality rate, Deaths from infectious diseases, Life expectancy, Non-communicable disease deaths between the ages of 30 and 70, Obesity rate, Suicide rate, Women treated with respect, Tolerance for immigrants, Tolerance for homosexuals, Discrimination and violence against minorities, Religious tolerance, Health expenditure, public, External resources for health, Gender Inequality Index Value, Share of seats in parliament, Life expectancy at birth Female, Life expectancy at birth Male, Mean years of schooling Female, Mean years of schooling Male, Expected years of schooling Female, Expected years of schooling Male.

Para o segundo pilar – Planeta - dos ODS foram selecionadas 23 variáveis, sendo 5 índices sintéticos e 18 índices analíticos, no anexo 3 Variáveis Pilar Planeta mostra as variáveis selecionadas e sua descrição.

Índices sintéticos: EV - Water Resources, EV – Agriculture, EV – Forests, EV – Fisheries, Ocean Health Index Score.

Índices analíticos: Access to piped water, Rural vs. urban access to improved water source, Access to improved sanitation facilities, Availability of affordable housing, Access to electricity, Quality of electricity supply, Indoor air pollution attributable deaths, Outdoor air pollution attributable deaths, Greenhouse gas emissions, Water withdrawals as a percent of resources, Biodiversity and habitat, Renewable internal freshwater resources per capita, Electric power consumption, Alternative and nuclear energy, Combustible renewables and waste, Fossil fuel energy consumption, Population growth, Population total.

Para o terceiro pilar - Prosperidade - dos ODS foram selecionadas 22 variáveis, sendo 6 índices sintéticos e 16 índices analíticos, no anexo 4 Variáveis Pilar Prosperidade mostra as variáveis selecionadas e sua descrição.

Índices sintéticos: Well-being, Political rights, Freedom of movement, Freedom of religion, Modern slavery human trafficking and child marriage, Inequality in the attainment of education.

Índices analíticos: Adult literacy rate, Primary school enrollment, Lower secondary school enrollment, Upper secondary school enrollment, Mobile telephone subscriptions, Internet users, Press Freedom Index, Freedom of

speech, Private property rights, Freedom over life choices, Satisfied demand for contraception, Years of tertiary schooling, Women's average years in school, Number of globally ranked universities, Unemployment total, Total Labor Force.

Para o quarto pilar Paz dos ODS foram selecionados 8 índices analíticos, no anexo 5 Variáveis Pilar Paz mostra as variáveis selecionadas e sua descrição.

Índices analíticos: Homicide rate, Level of violent crime, perceived criminality, Political Terror, Traffic deaths, Corruption, Community safety net e Corruption perceived Index

Para o quinto pilar Parcerias dos ODS foram selecionadas 17 variáveis, sendo 5 índices sintéticos e 12 variáveis componentes ou indicadores, no anexo 6 Variáveis Pilar Parcerias mostra as variáveis selecionadas e sua descrição.

Índices sintéticos: Democracy Index, Market Sophistication, Knowledge and Technology Governança, Human Capital and Research.

Índices analíticos: Political Stability, Government Effectiveness, Regulatory Quality, Rule of Law, Institutions, Infrastructure, Creative Outputs, International Cooperation, Effective use of support, Credibility, Regional cooperation, Freedom of assembly/association.

4.2 Desenvolvimento de Novos Indicadores para Monitoramento dos Avanços 5P's

A pesquisa trabalha as variáveis selecionadas para cada um dos cinco pilares dos ODS. As ferramentas utilizadas do software Minitab¹⁶ são: Principal Components e Stepwise regression.

A análise de componentes principais é um procedimento para a identificação de um número menor de variáveis não correlacionadas, chamadas "componentes principais". A partir de um grande conjunto de dados, o objetivo da análise de componentes principais é o máximo de informação com o menor número de componentes principais.

A regressão Stepwise é uma ferramenta utilizada na construção de modelos lineares e identificar um subconjunto útil de preditores em ordem de preferência. Foi utilizada neste caso para definir pesos das variáveis sendo utilizadas nas componentes referentes a cada pilar.

A obtenção do peso de cada variável utilizada no modelo para a construção do novo indicador é realizada combinando o valor proportion dos componentes principais multiplicado pelo valor R-Sq da regressão. A fórmula abaixo ilustra essa metodologia

$$NI = \sum_{PC1}^{PCn} PCn * ((R-Sq * Var 1) + (R-Sq * Var 2) + + (R-Sq * Var n))$$

Onde:

NI = Novo Indicador

PC = Contribuição da componente principal (eigenvalue)

R-SQ = Contribuição da Variável (R-SQ) na regressão Stepwise

Var = Variável

Os novos indicadores foram também normalizados de 0 a 100, obedecendo ao critério de quanto maior melhor.

Os cinco novos indicadores criados mostram no topo da escala os países do grupo AVECO que são os países desenvolvidos, e no final da escala, o grupo OTHERS em que estão os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Os países subdesenvolvidos apresentam pontuação muito baixa. Essa observação corrobora os novos indicadores criados, na medida em que mostra a situação já conhecida de países no início e no fim da escala adotada.

As tabelas completas com os países e suas pontuações em cada um dos novos indicadores podem ser vistas no Anexo 7 Novos Indicadores, abaixo listamos os 10 melhores e os 10 piores em cada um dos pilares dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Para o primeiro pilar Pessoas a tabela abaixo mostra a classificação dos países e o valor do novo indicador para os 10 melhores e os 10 piores colocados.

TABELA 4 – Ranking Pilar Pessoas

País	Ranking	Classificação	País	Ranking	Classificação
Nova Zelândia	100	AVECO	Iraque	19	OTHERS
Canadá	99	AVECO	Paquistão	17	OTHERS
Islândia	97	AVECO	Nigéria	16	OTHERS
Noruega	97	AVECO	Sudão	12	OTHERS
Dinamarca	96	AVECO	Burundi	12	OTHERS
Austrália	96	AVECO	Guiné	12	OTHERS
Suíça	96	AVECO	Iêmen	11	OTHERS
Países Baixos	95	AVECO	Angola	11	OTHERS
Finlândia	94	AVECO	República Centro-Africana	6	OTHERS
Suécia	94	AVECO	Chade	0	OTHERS

Fonte: elaborada pelo autor

Como podemos notar acima Noruega, Austrália e Nova Zelândia estão entre os melhores colocados e ocupam também o topo do ranking de IDH, neste mesmo indicador Nigéria, República Centro-Africana e Chade ocupam as piores posições, mostrando que o ranking criado aqui está de acordo com outros indicadores de referência.

Para o segundo pilar Planeta a tabela abaixo mostra a classificação dos países e o valor do novo indicador para os 10 melhores e as 10 piores colocações.

TABELA 5 – Ranking Pilar Planeta

País	Ranking	Classificação	País	Ranking	Classificação
Islândia	100	AVECO	Libéria	9	OTHERS
Suíça	89	AVECO	Moçambique	9	OTHERS
Noruega	87	AVECO	Madagascar	8	OTHERS
France	87	AVECO	Níger	7	OTHERS
Austrália	87	AVECO	República do Congo	7	OTHERS
Suécia	87	AVECO	Chade	6	OTHERS
Canadá	86	AVECO	Benin	6	OTHERS
Alemanha	86	AVECO	Gana	5	OTHERS
Japão	85	AVECO	Tanzânia	1	OTHERS
República Checa	85	AVECO	Togo	0	OTHERS

Fonte: elaborada pelo autor

A Islândia que tem como prioridade a conservação do meio ambiente está no topo da lista, no lado oposto Gana no fundo da escala mostra o quanto precisa melhorar em termos de cuidado ao meio ambiente.

Para o terceiro pilar Prosperidade a tabela abaixo mostra a classificação dos países e o valor do novo indicador para os 10 melhores e as 10 piores colocações.

TABELA 6 – Ranking Pilar Prosperidade

País	Ranking	Classificação	País	Ranking	Classificação
Noruega	100	AVECO	Laos	10	OTHERS
Suécia	99	AVECO	Tajiquistão	10	OTHERS
Países Baixos	98	AVECO	Ruanda	10	OTHERS
Finlândia	97	AVECO	Sudão	9	OTHERS
Nova Zelândia	95	AVECO	Guiné	8	OTHERS
Canadá	93	AVECO	Mauritânia	5	OTHERS
Islândia	93	AVECO	Paquistão	4	OTHERS
Suíça	92	AVECO	República Centro-Africana	4	OTHERS
Dinamarca	92	AVECO	Iraque	4	OTHERS
Coreia do Sul	90	AVECO	Chade	0	OTHERS

Fonte: elaborada pelo autor

Indo de encontro com publicações do instituto Legatum⁶ em seu índice de prosperidade Noruega aqui está no topo da lista onde no mesmo ranking Chade ocupa o final da lista.

Para o quarto pilar Paz a tabela abaixo mostra a classificação dos países e o valor do novo indicador para os 10 melhores e as 10 piores colocações.

TABELA 7 – Ranking Pilar Paz

País	Ranking	Classificação	País	Ranking	Classificação
Dinamarca	100	AVECO	Nigéria	11	OTHERS
Finlândia	98	AVECO	República do Congo	10	OTHERS
Suécia	98	AVECO	Tajiquistão	10	OTHERS
Nova Zelândia	97	AVECO	Venezuela	8	AIBER
Noruega	94	AVECO	Camboja	8	OTHERS
Suíça	93	AVECO	Uzbequistão	7	OTHERS
Canadá	88	AVECO	Iêmen	7	OTHERS
Países Baixos	88	AVECO	Chade	7	OTHERS
Austrália	86	AVECO	Iraque	1	OTHERS
Islândia	85	AVECO	Sudão	0	OTHERS

Fonte: elaborada pelo autor

⁶ Informações obtidas no site do instituto <http://www.prosperity.com/#/>

Neste ranking em comparação ao Global Peace Index os países no topo e no final da lista estão concordando, mostrando que o indicador criado está de acordo com o que se entende por paz no mundo.

Para o quinto pilar Parcerias a tabela abaixo mostra a classificação dos países e o valor do novo indicador para os 10 melhores e as 10 piores colocações.

TABELA 8 – Ranking Pilar Parcerias

País	Ranking	Classificação	País	Ranking	Classificação
Reino Unido	100	AVECO	Uzbequistão	13	OTHERS
Suíça	100	AVECO	Burundi	13	OTHERS
Suécia	99	AVECO	Mali	13	OTHERS
Canadá	98	AVECO	Togo	12	OTHERS
Estados Unidos	97	AVECO	Angola	11	OTHERS
Dinamarca	96	AVECO	Paquistão	9	OTHERS
Austrália	94	AVECO	Iêmen	7	OTHERS
Finlândia	93	AVECO	Venezuela	4	AIBER
Noruega	93	AVECO	Guiné	4	OTHERS
Nova Zelândia	93	AVECO	Sudão	0	OTHERS

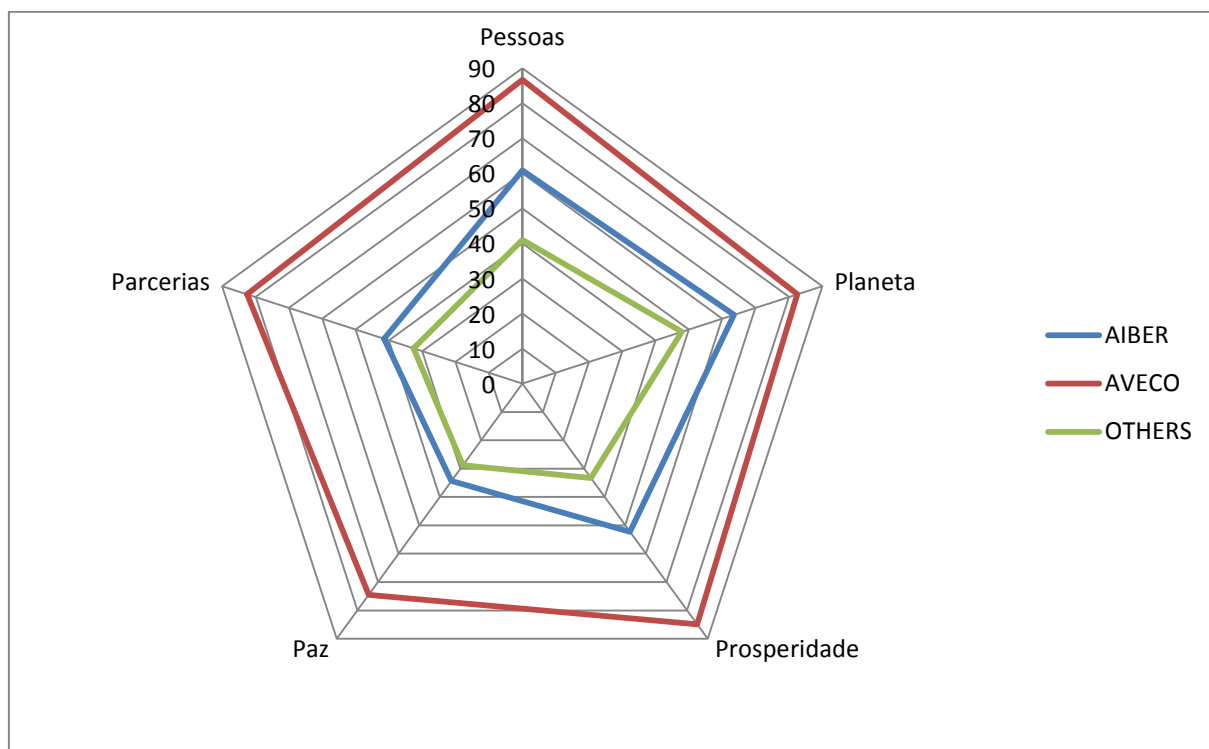
Fonte: elaborada pelo autor

Aqui notamos que os países mais desenvolvidos e que se articulam melhor política, economicamente e globalmente ocupam o topo da lista, enquanto que os países menos desenvolvidos ocupam o final da lista.

Importante observarmos com relação a região Ibero-Americana a Venezuela é o único país a aparecer em dois pilares entre os 10 piores colocados, Venezuela aparece no pilar Paz e Parcerias, podemos notar isso devido aos recentes acontecimentos socioeconômicos nesse país, onde já se noticia falta de alimentos uma das condições básicas de sobrevivência é de se esperar que não haja paz, e onde temos um aumento do conflito temos partes em separado o que corrobora sua classificação no pilar Parcerias.

O gráfico radar abaixo mostra as médias de cada grupo das regiões AIBER, AVECO e OTHERS em cada um dos novos indicadores. Fica clara no gráfico a alta pontuação dos países do grupo AVECO distanciando bastante do segundo grupo AIBER, o qual no pilar Paz e Parcerias se aproxima do grupo OTHERS que tem as menores médias dos países analisados.

QUADRO 3 – Radar Pilares



Fonte: elaborada pelo autor

4.3 Mapas e Ranking dos Países Ibero-Americanos em Relação aos 5P's

Os países Ibero-Americanos foram separados com base nos novos indicadores criados, grupo AIBER, e para cada um dos 5P's normalizamos de 0 a 100 os novos indicadores. Também foi realizada uma classificação em baixo, médio e alto desenvolvimento sustentável. Assim, pudemos obter um ranking para os países Ibero-Americanos, o qual é discutido um a um a seguir.

Para o Pilar Pessoas temos a seguinte classificação:

TABELA 9 – Ranking AIBER Pilar Pessoas

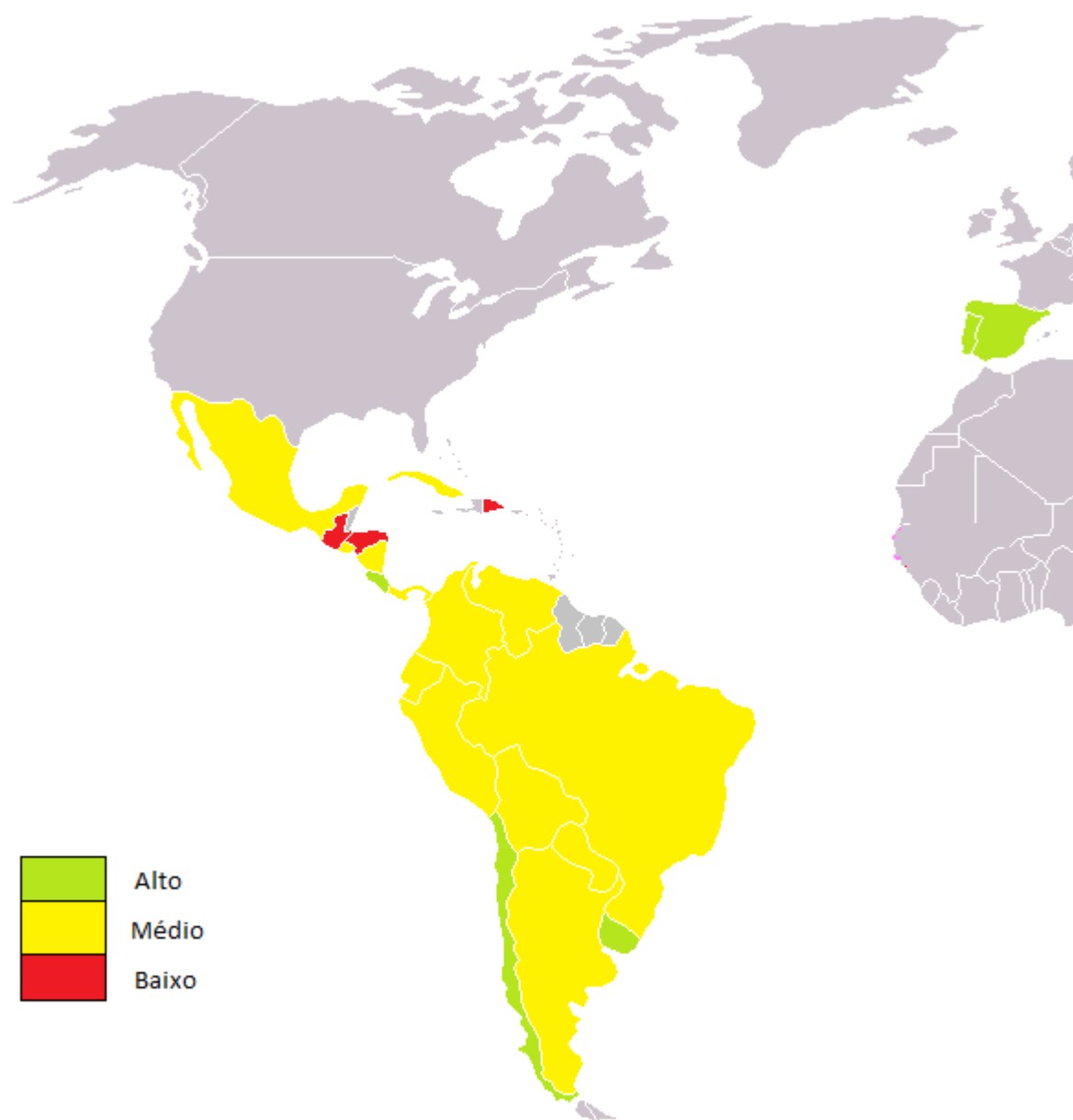
País AIBER	Ranking	Nível
Espanha	100	Alto
Portugal	92	Alto
Uruguai	79	Alto
Costa Rica	77	Alto
Chile	64	Alto
Panamá	50	Médio
Argentina	46	Médio
Brazil	40	Médio
Equador	38	Médio
Colômbia	27	Médio
Peru	27	Médio
Venezuela	26	Médio
Paraguai	23	Médio
México	22	Médio
El Salvador	21	Médio
Bolívia	19	Médio
Nicarágua	19	Médio
Cuba	18	Médio
República Dominicana	14	Baixo
Honduras	8	Baixo
Guatemala	0	Baixo

Fonte: elaborada pelo autor

A classificação acima nos mostra no topo de sua pontuação países que podemos considerar de alto desenvolvimento humano - Espanha, Portugal, Uruguai, Costa Rica e Chile - que se destacam a nível mundial. No outro extremo temos Bolívia, Nicarágua, Cuba, República Dominicana, Honduras e Guatemala. Esses países tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito ao Pilar Pessoas.

O mapa abaixo ilustra geograficamente onde estão os países com suas respectivas classificações.

QUADRO 4 – Mapa Pilar Pessoas



Fonte: elaborada pelo autor

Para o Pilar Planeta temos a seguinte classificação:

TABELA 10 – Ranking AIBER Pilar Planeta

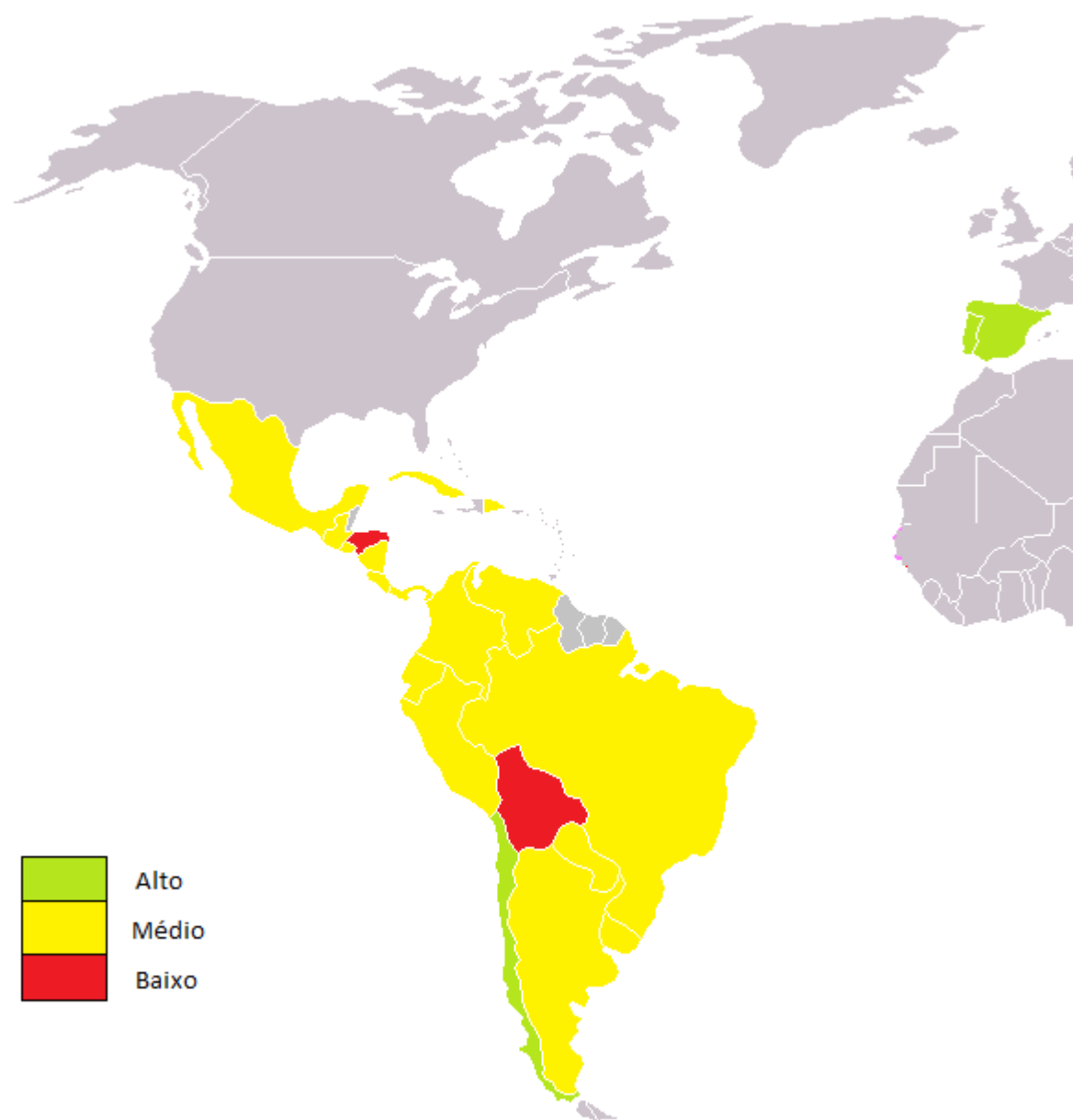
País AIBER	Ranking	Nível
Spain	100	Alto
Chile	95	Alto
Portugal	90	Alto
Uruguai	82	Médio
Costa Rica	81	Médio
Equador	78	Médio
Venezuela	77	Médio
Argentina	75	Médio
Cuba	70	Médio
México	68	Médio
República Dominicana	57	Médio
Brazil	54	Médio
Colômbia	54	Médio
Honduras	51	Médio
Panamá	46	Médio
Guatemala	45	Médio
Peru	43	Médio
El Salvador	39	Médio
Paraguai	31	Médio
Nicarágua	9	Baixo
Bolívia	0	Baixo

Fonte: elaborada pelo autor

Os países classificados como de alto nível de desenvolvimento no Pilar Planeta são os mesmos os mesmos países considerados desenvolvidos na classificação do Pilar Pessoas. Guatemala, Peru, El Salvador, Paraguai, Nicarágua e Bolívia são países que possuem as piores notas, e deveriam com certa urgência dar mais atenção aos seus territórios, pois os recursos naturais não são infinitos, e seu mau uso implica em maior dificuldade futura para a recuperação do meio ambiente.

O mapa abaixo ilustra geograficamente onde estão os países com suas respectivas classificações.

QUADRO 5 – Mapa Pilar Planeta



Fonte: elaborada pelo autor

Para o Pilar Prosperidade temos a seguinte classificação:

TABELA 11 – Ranking AIBER Pilar Prosperidade

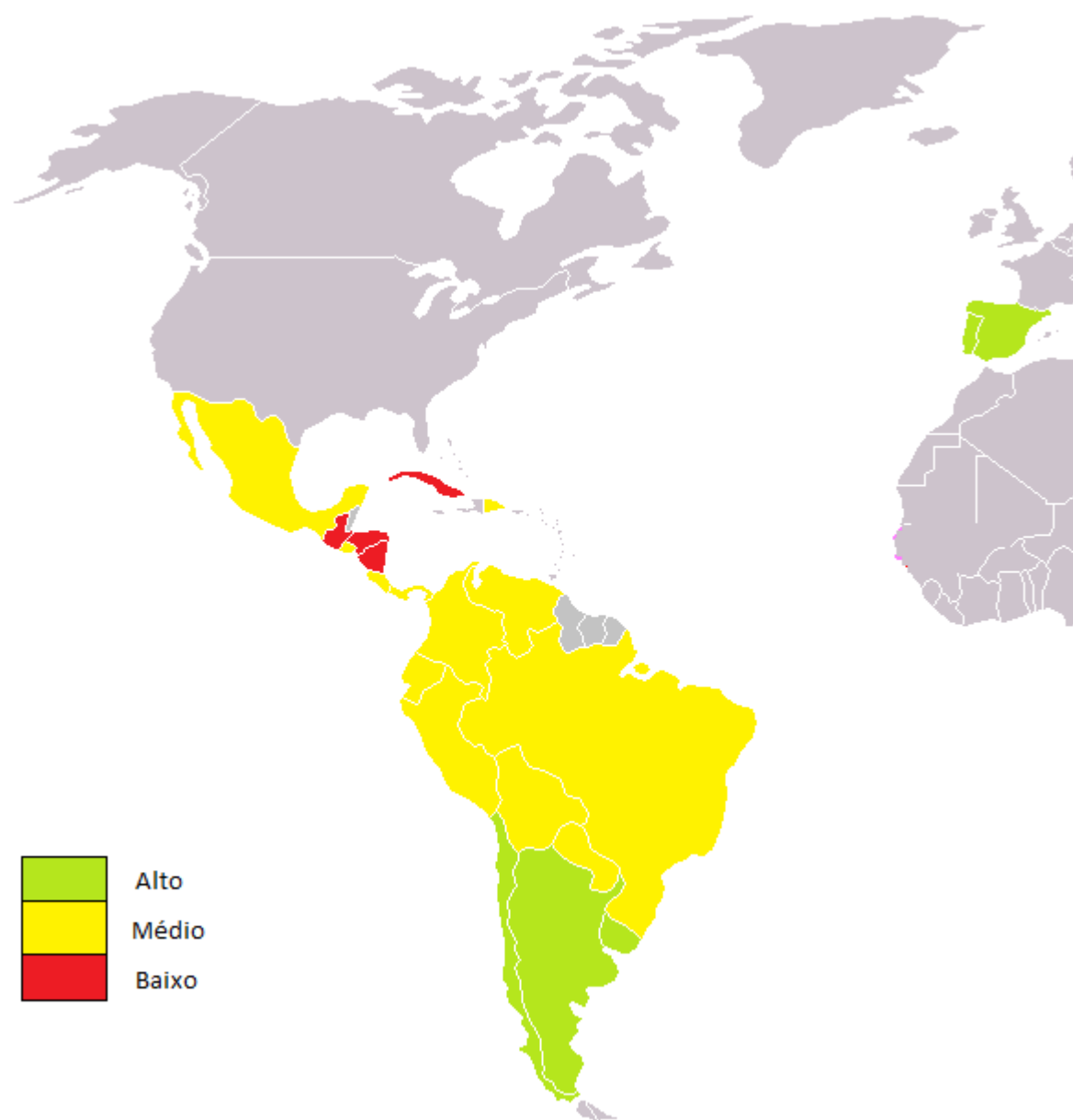
País AIBER	Ranking	Nível
Portugal	100	Alto
Spain	98	Alto
Chile	94	Alto
Uruguai	86	Alto
Argentina	84	Alto
Brazil	75	Médio
Colômbia	71	Médio
República Dominicana	65	Médio
Panamá	65	Médio
Costa Rica	62	Médio
Peru	57	Médio
Equador	50	Médio
Venezuela	48	Médio
Bolívia	47	Médio
México	41	Médio
Paraguai	39	Médio
El Salvador	37	Médio
Honduras	20	Baixo
Guatemala	16	Baixo
Nicarágua	1	Baixo
Cuba	0	Baixo

Fonte: elaborada pelo autor

Os países aqui classificados como de alto nível de desenvolvimento no pilar Prosperidade são basicamente os mesmos dos pilares anteriores. Neste caso a Argentina entra no grupo e Costa Rica fica com classificação média. No outro extremo da classificação encontramos os mesmos países dos outros pilares. Devido às suas condições políticas e econômicas e sem a base humanitária necessária necessitam melhorar muito os outros pilares para que se tenha um bom impacto nesse.

O mapa abaixo ilustra geograficamente onde estão os países com suas respectivas classificações.

QUADRO 6 – Mapa Pilar Prosperidade



Fonte: elaborada pelo autor

Para o Pilar Paz temos a seguinte classificação:

TABELA 12 – Ranking AIBER Pilar Paz

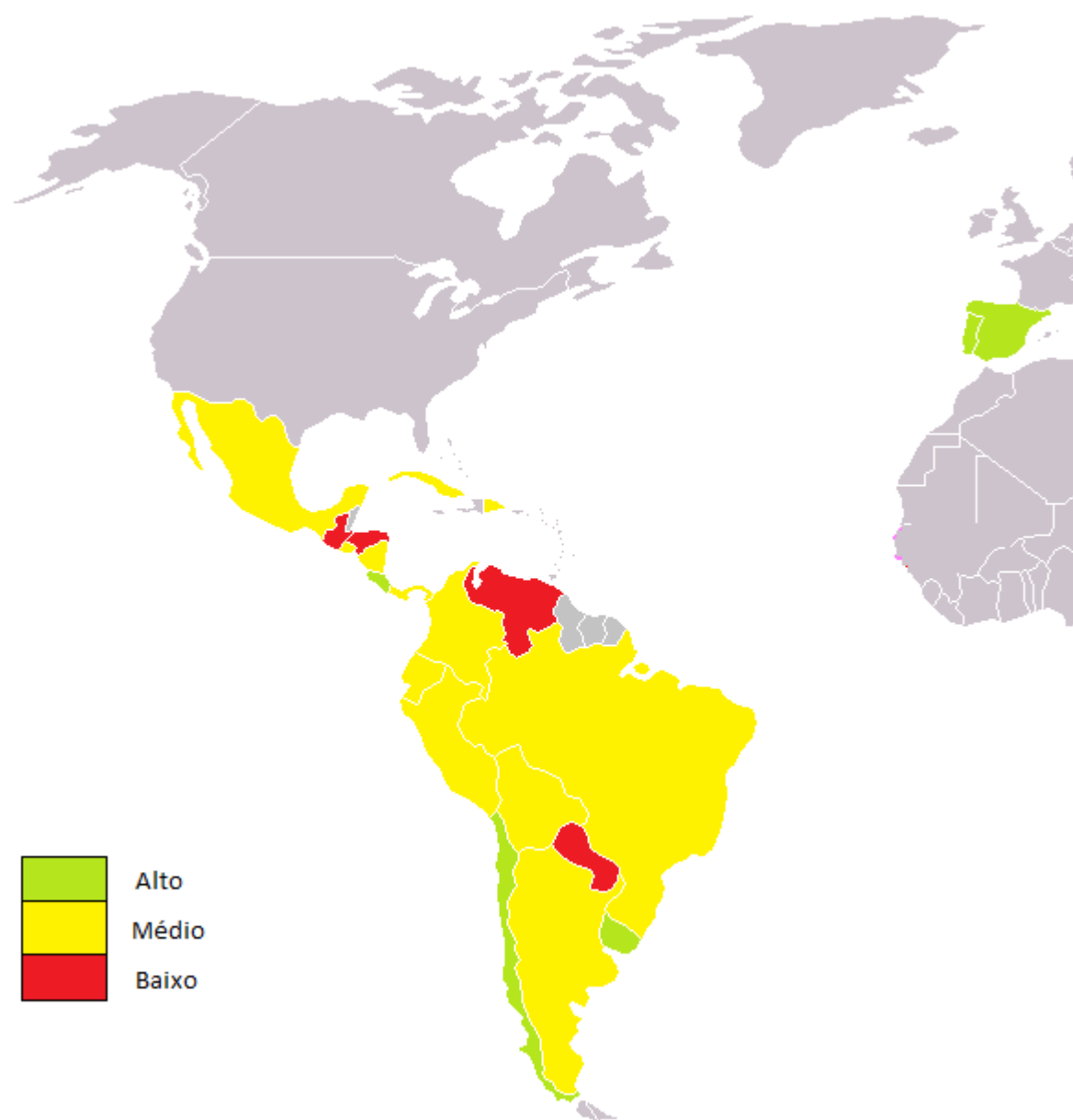
País AIBER	Ranking	Nível
Uruguai	100	Alto
Chile	97	Alto
Portugal	85	Alto
Spain	76	Alto
Costa Rica	65	Alto
Cuba	57	Médio
Brazil	38	Médio
Peru	31	Médio
Equador	30	Médio
Panamá	30	Médio
Argentina	28	Médio
Bolívia	28	Médio
Colômbia	28	Médio
El Salvador	28	Médio
Nicarágua	21	Médio
México	21	Médio
República Dominicana	19	Médio
Guatemala	12	Baixo
Paraguai	11	Baixo
Honduras	7	Baixo
Venezuela	0	Baixo

Fonte: elaborada pelo autor

No topo da lista estão os mesmos países classificados como de alto desenvolvimento nos outros três pilares. Este fato mostra o quanto que os pilares estão entrelaçados. Com o avanço de um dos pilares há uma tendência de avanço nos outros pilares. O mesmo ocorre na base da classificação: os países menos desenvolvidos novamente aparecem com alta desigualdade, falta de renda e não atendimento das necessidades básicas, e aumento da violência que tem sofrido grande impacto pelas políticas públicas.

O mapa abaixo ilustra geograficamente onde estão os países com suas respectivas classificações.

QUADRO 7 – Mapa Pilar Paz



Fonte: elaborada pelo autor

Para o Pilar Parcerias temos a seguinte classificação:

TABELA 13 – Ranking AIBER Pilar Parcerias

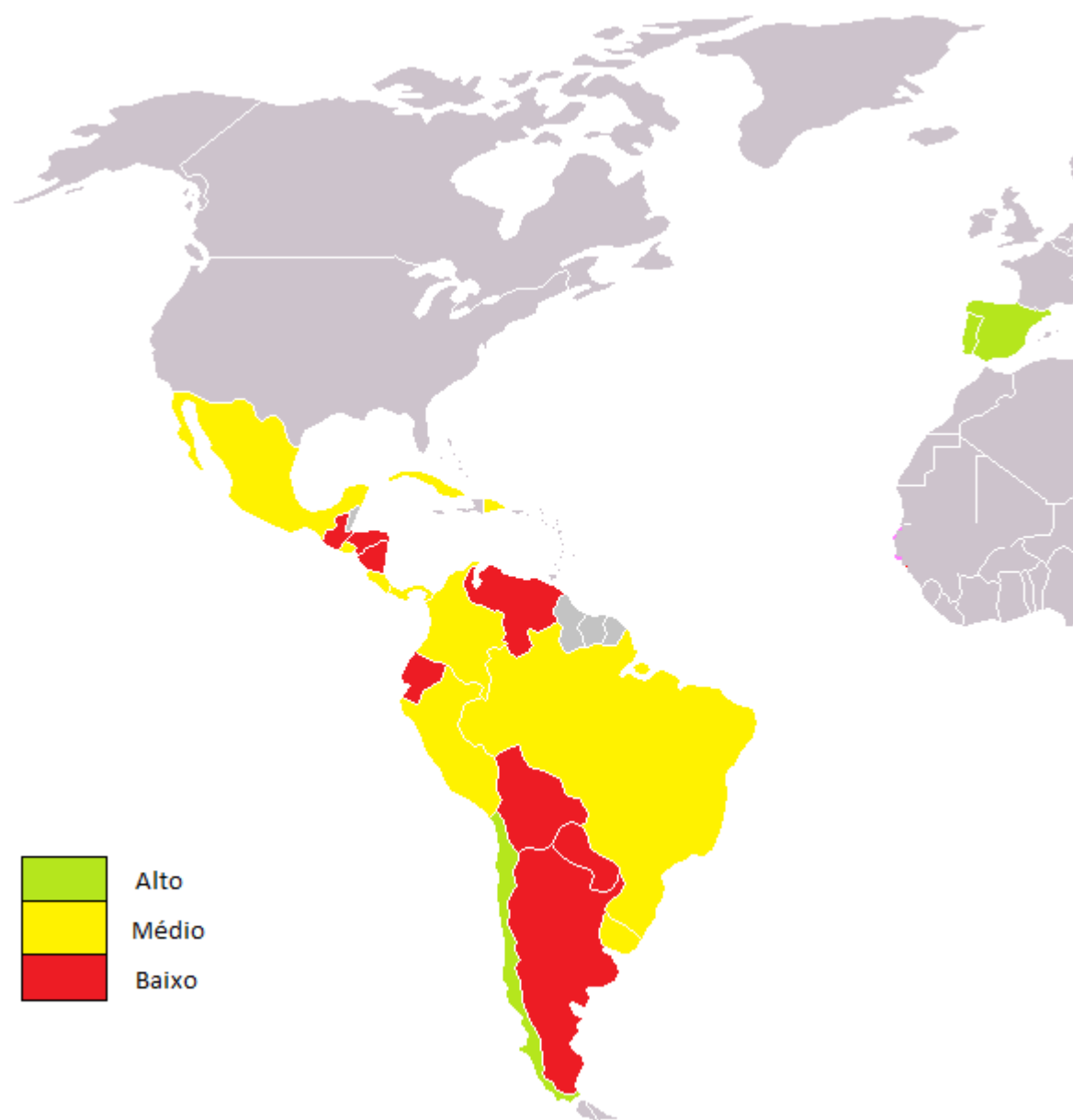
País AIBER	Ranking	Nível
Spain	100	Alto
Chile	93	Alto
Portugal	85	Alto
Uruguai	66	Médio
Costa Rica	62	Médio
Peru	60	Médio
Colômbia	58	Médio
Brazil	55	Médio
Panamá	55	Médio
México	53	Médio
República Dominicana	48	Médio
El Salvador	44	Médio
Cuba	42	Médio
Argentina	37	Baixo
Equador	36	Baixo
Guatemala	35	Baixo
Paraguai	35	Baixo
Bolívia	34	Baixo
Nicarágua	34	Baixo
Honduras	33	Baixo
Venezuela	0	Baixo

Fonte: elaborada pelo autor

Neste pilar não vemos diferença em relação à classificação dos países com alto desenvolvimento. Considerando o entrelaçamento dos pilares, notamos que o desenvolvimento é um conjunto de ações, que estão realmente ligadas. Ou seja, não há desenvolvimento econômico sustentável sem o desenvolvimento das pessoas nele engajadas, não há paz se não há desenvolvimento econômico. Neste pilar essa ligação entre os pilares fica bem clara. Os países que apresentam pior pontuação nessa classificação são os países que pouco nos outros pilares.

O mapa abaixo ilustra geograficamente onde estão os países com suas respectivas classificações.

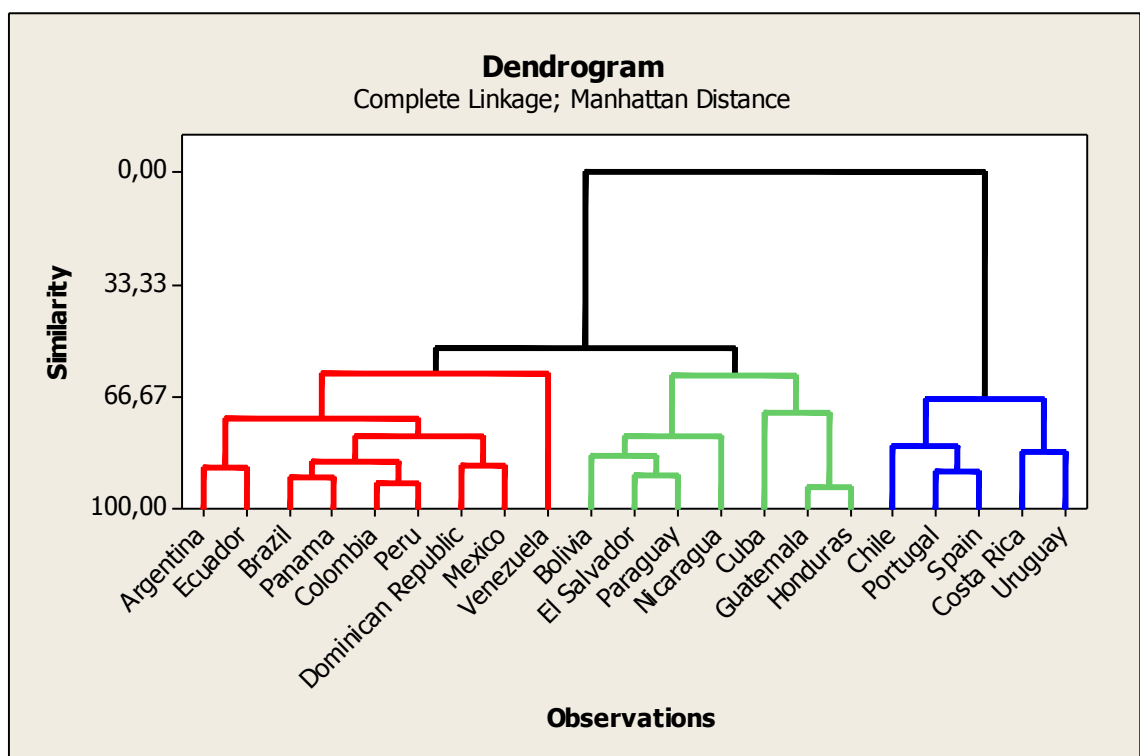
QUADRO 8 – Mapa Pilar Parcerias



Fonte: elaborada pelo autor

Ao analisarmos em conjunto os rankings dos cinco pilares dos países Ibero-Americanos podemos verificar o nível de desenvolvimento dos países entrelaçado nas cinco dimensões onde a classificação abaixo foi efetuada com a ferramenta Cluster Observation do Minitab16 e mostra Chile, Uruguai, Espanha, Portugal e Costa Rica como os países mais desenvolvidos, enquanto os países Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai seriam os menos desenvolvidos do grupo de países Ibero-Americanos.

QUADRO 9 – Cluster Países Ibero-Americanos



Fonte: Gerado no Software Minitab16

TABELA 14 – Classificação países AIBER

Países	Classificação
Chile	Alta
Costa Rica	Alta
Espanha	Alta
Portugal	Alta
Uruguai	Alta
Argentina	Média
Brasil	Média
Colômbia	Média
Equador	Média
México	Média
Panamá	Média
Peru	Média
República Dominicana	Média
Venezuela	Média
Bolívia	Baixa
Cuba	Baixa
El Salvador	Baixa
Guatemala	Baixa
Honduras	Baixa
Nicarágua	Baixa
Paraguai	Baixa

Fonte: elaborada pelo autor

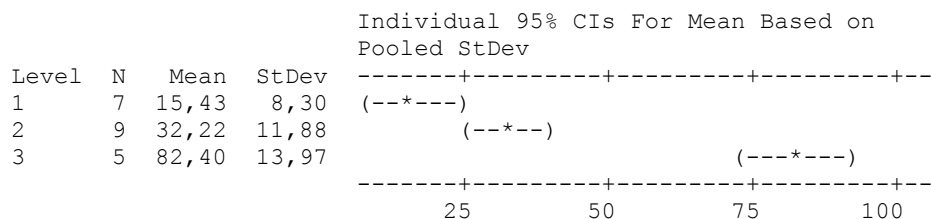
Comparações por Pilar (3 grupos : 1 = verde, 2 = vermelho, 3 = azul)

Em relação a esta classificação que integra os 5Ps uma análise de variância ANOVA One-way do Minitab16 mostra no pilar pessoas uma proximidade dos países com classificação média e baixa e um grande distanciamento dos países classificados como alto, isso nos diz que com relação ao pilar pessoas estes países tem uma longa jornada ao desenvolvimento das pessoas a serem cumpridas.

One-way ANOVA: pessoas vs 3 grupos

Source	DF	SS	MS	F	P
C10	2	13717	6858	53,11	0,000
Error	18	2324	129		
Total	20	16041			

S = 11,36 R-Sq = 85,51% R-Sq(adj) = 83,90%

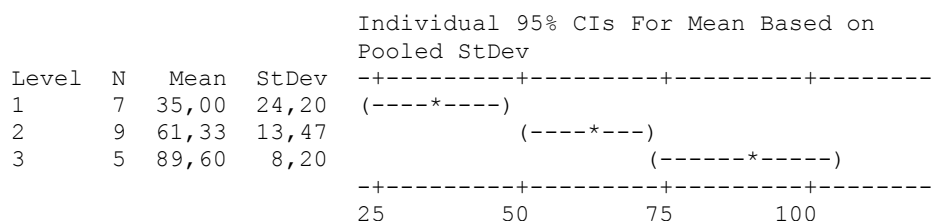


A análise mostra no pilar Planeta que os grupos estão bem classificados, e que os países com classificação média podem com mais facilidade que os países com classificação baixa, chegar ao nível satisfatório de desenvolvimento, quanto aos países classificados como baixo esses tem uma grande jornada a ser cumprida.

One-way ANOVA: planeta vs 3 grupos

Source	DF	SS	MS	F	P
C10	2	8761	4381	15,06	0,000
Error	18	5235	291		
Total	20	13996			

S = 17,05 R-Sq = 62,60% R-Sq(adj) = 58,44%



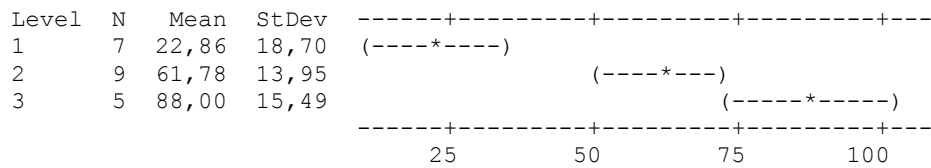
A análise no pilar Prosperidade mostra uma proximidade entre o grupo classificado como alto e médio, porém há um distanciamento do grupo classificado como baixo, a análise desse pilar mostra que os países classificados com baixo terão dificuldade para cumprir sua agenda rumo ao desenvolvimento.

One-way ANOVA: prosperidade vs 3 grupos

Source	DF	SS	MS	F	P
C10	2	13091	6545	25,52	0,000
Error	18	4616	256		
Total	20	17707			

S = 16,01 R-Sq = 73,93% R-Sq(adj) = 71,03%

Individual 95% CIs For Mean Based on Pooled StDev

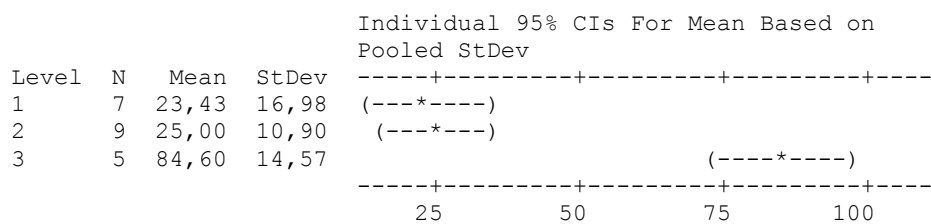


A análise do pilar Paz mostra que os países classificados com médio e baixo não tem diferença significativa, estando ambos no mesmo patamar, distanciando muito dos países classificados como alto, a situação sócio, política e econômica destes países precisa ser muito trabalhada.

One-way ANOVA: paz vs 3 grupos

Source	DF	SS	MS	F	P
C10	2	13856	6928	35,34	0,000
Error	18	3529	196		
Total	20	17385			

S = 14,00 R-Sq = 79,70% R-Sq(adj) = 77,45%

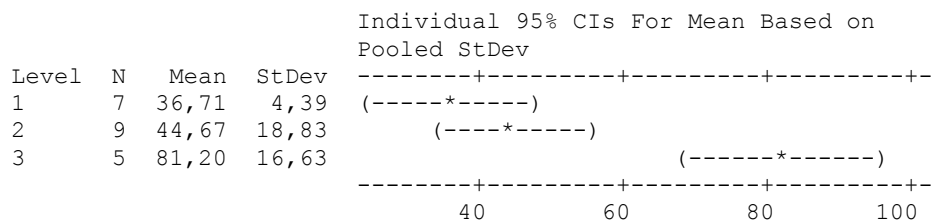


A análise do pilar Parcerias também mostra uma semelhança entre os países classificados como com baixo e médio, porém um distanciamento menor aos países classificados como alto do que mostra a análise do pilar anterior.

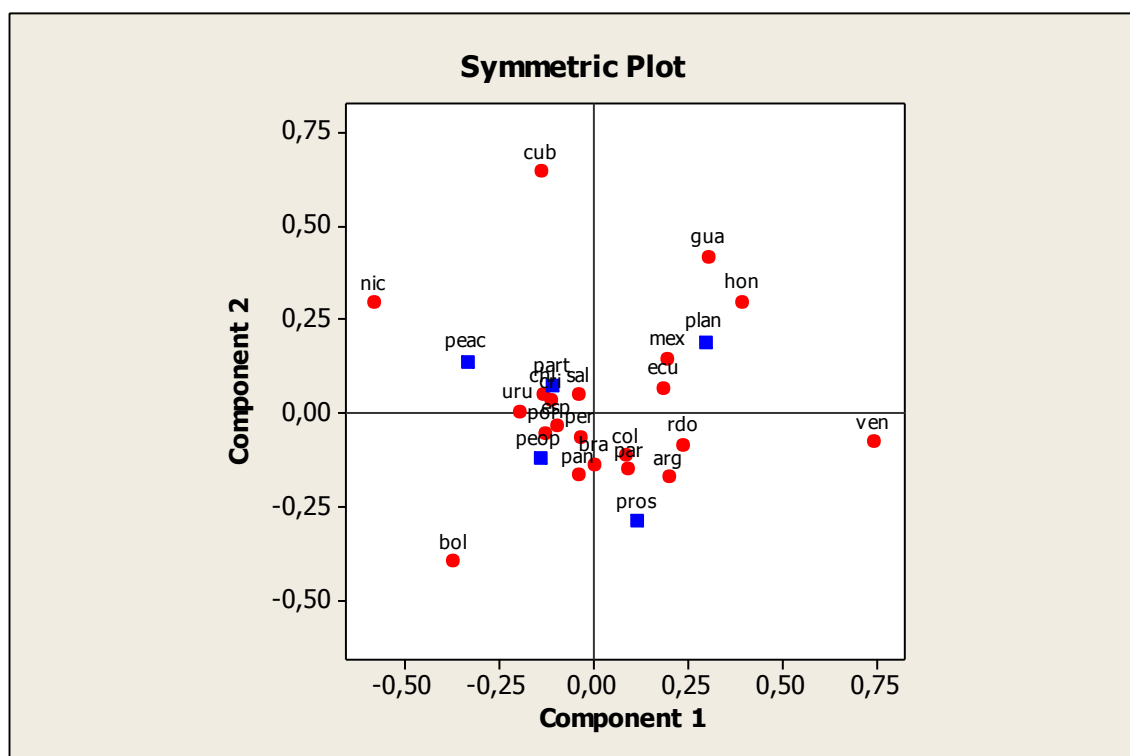
One-way ANOVA: participação vs 3 grupos

Source	DF	SS	MS	F	P
C10	2	6348	3174	14,08	0,000
Error	18	4058	225		
Total	20	10406			

S = 15,02 R-Sq = 61,00% R-Sq(adj) = 56,67%



QUADRO 10 – Correspondência Países X Pilares



Fonte: Gerado no Software Minitab16

No gráfico acima podemos verificar a proximidade dos países com os pilares, notamos na periferia do gráfico Cuba, Guatemala, Honduras, Venezuela, Bolívia e Nicarágua países já classificados com baixo desenvolvimento, esta análise corrobora a anterior já que podemos notar a distância relativa desses países a qualquer um dos cinco pilares, no centro vemos uma concentração de países onde cada país se aproxima mais de um pilar que de outro, aqui fica clara a preocupação que devemos ter com os países classificados com baixo desenvolvimento pois assim como no gráfico parecem atuar como ilhas isoladas do mundo.

CONCLUSÕES

Os desafios e metas propostas pelos objetivos do desenvolvimento sustentável já estão mostrando seus efeitos na medida em que vemos organizações como a Rede Nossa São Paulo e a Rede Ibero-Americana de prospectiva se articulando e buscando soluções para tal feito, ao trabalharem em conjunto e trocarem ideias e experiências para a resolução dos desafios apresentados.

A Rede Nossa São Paulo realizou uma equivalência dos seus eixos com os ODS. Embora esta equivalência tenha se mostrado insuficiente para abranger todas as metas propostas, pareceu ser coerente no que se refere aos objetivos, esse foi um primeiro passo para chegar no seu GPS para cidades. Os ODS são de natureza global e universalmente aplicáveis e estão de acordo com as políticas e ações no âmbito regional e local, sendo assim podemos dizer que a proposta da Rede Nossa São Paulo está de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Uma nova versão da metodologia do GPS usada pela Rede Nossa São Paulo quando aplicada a Rede Ibero-Americana de Prospectiva mostrou a possibilidade do alinhamento relativo dos seus 15 eixos com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em particular utilizando seus 5 Pilares : Pessoas, Planta, Prosperidade, Paz e Parcerias; e mesmo que algum dos eixos como o de Tendências da Longevidade ou Governança não aparecem explícitos está espalhado entre vários objetivos, a análise levou a um aprofundamento em relação aos indicadores os quais se mostraram suficientes para a monitoração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos em sua plenitude.

A redistribuição dos indicadores possibilitou a criação de um novo indicador para cada um dos cinco pilares, e cada um desses indicadores mostrou se confiável, pois ao compararmos com outros indicadores mundiais de relevância e credibilidade, esses corroboram o resultado obtido nesses novos indicadores.

A partir dos indicadores criados foi realizada uma análise dos países Ibero-Americanos, que mostrou o nível de desenvolvimento desses países em cada um dos cinco pilares do desenvolvimento sustentável. Os novos indicadores mostram a Espanha, Portugal, Uruguai, Costa Rica e Chile, classificados com alto nível de desenvolvimento sustentável praticamente em todos os pilares em termos regionais. Esses países relativamente falando podem servir de referência em relação ao desenvolvimento sustentável. Tal paralelo mostra a

consistência e confiabilidade na metodologia aplicada nesta pesquisa. Nicarágua, Honduras e Guatemala são países que obtiveram a menor pontuação em praticamente todos os novos indicadores, confirmando a efetividade dos indicadores propostos, visto que estes países mostram em outros indicadores internacionais de relevância e credibilidade um baixo nível de desenvolvimento sustentável.

Quanto aos países com pontuação média nos indicadores criados, em outros indicadores internacionais também notamos estarem condizentes com a posição relativa adquirida nesse estudo.

Com isso podemos afirmar que os novos indicadores oferecem uma visão pontual e temporal quanto a cada um dos pilares dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e na medida em que se obtenham novos dados atualizados para as variáveis propostas será possível acompanhar os avanços ou retrocessos dos países.

A presente pesquisa limitou-se em analisar a metodologia inicialmente desenvolvida pelo NEF e aplicada na Rede Nossa São Paulo, e na adequação dos eixos da rede Ibero-Americana de Prospectiva, utilizando seus indicadores com relação aos 5P's dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; e que poderá permitir uma permanente atualização e aprimoramento.

A Pesquisa mostra um caminho, um início de uma longa jornada rumo a realização e monitoramento referente aos objetivos e metas propostas referentes aos ODS particularmente na Região Ibero-Americana que poderá contribuir no Desenvolvimento Sustentável de toda a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. **Os Desafios da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- BARAJAS, I. Reflexiones sobre el desarrollo sustentable. **Comercio Exterior**, México, volumen 52, numero 2, p. 98 – 105, febrero de 2002.
- BAVA, Silvio Caccia (Org.). **Thomas Piketty e o Segredo dos Ricos**. São Paulo: Veneta, 2014.
- DOWBOR, L. Inovação Social e Sustentabilidade. In: GUEVARA et al. (org.). **Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações**. São Paulo, Ed. Campus. 2009.
- DOWBOR, Ladislau; PIKETTY, Bava, CACCIA, Silvio. **Thomas Picket e o segredo dos ricos**. Veneta.
- DOWBOR, L. **Democracia Econômica Alternativas de gestão social**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 2013.
- HOYOS, A. et al. **Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2008
- JANNUZZI, P de M. **Indicadores Sociais no Brasil** - Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. Campinas: Alinea, 2001.
- JANY-CATRICE, F. **Os novos indicadores de riqueza**. São Paulo: Senac, 2006.
- MARCONDES, Adalberto. **A trilha da sustentabilidade**. AKATU, consumo consciente para um futuro sustentável, 2008.
- MELO NETO, Francisco P., BRENNAND, Jorgiana M. **Empresas socialmente sustentáveis: o novo desafio da gestão moderna**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- MORIN, E., VIVERET, P. **Como viver em tempo de crise**. 2011.
- PETER, J. Paul; CHURCHILL JR, Gilbert A. **Marketing: criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- PROGRAMA Países Sustentáveis. **Guia GPS** – Gestão Pública Sustentável. PUCSP, NEF: 2015.
- _____. **Guia GPS** – Gestão Pública Sustentável. PUCSP, NEF: 2016. (Versão atualizada).
- RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: NOSSO FUTURO COMUM – RELATÓRIO DE BRUNDTLAND, 1987. <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm> .
- _____. **Relatório OXFAM América** – RELATÓRIO OXFAM AMÉRICA SISTEMA FALIDO, acesso em 24/07/2016. http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/oxfam_america-sistema_falido.pdf .

SACHS, Ignacy; STROH, Paula Yone(Org.). **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 1a. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garmond, 2006.

SACHS, I., LOPES, C. et al. **Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SACHS, I. MANCEBO, F (Ed.). **Transitions to Sustainability**. Springer, London, New York, Heidelberg, 2015.

SEN, A. **Development as Freedom**, Alfred A. Knopf, 1999.

STIGLITZ, J., Sen, A., FITOUSSI, J. P. **The measurement of economic performance and social progress revisited**, Columbia University, IEP, OFCE Working Paper.

UNITED NATIONS. **Indicators and a Monitoring Framework for the Sustainable Development Goals** - Launching a data revolution for the SDGs, 2015.

VAN BELLEN, H.M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VIVERET, P. **Reconsiderar a Riqueza**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2006.

_____. **Pourquoi ça ne vas pas plus mal?** Fayard, 2005.

VOLANIN, Cremildo José (Org.). **Alternativas à crise: por uma economia social e ecologicamente responsável**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 21 – 34.

WANDERLEY, L.. e RAICHELIS, R. **A Cidade de São Paulo: Relações Internacionais e Gestão Pública**. São Paulo: Educ, 2009.

_____. Crise como momento de reflexão e criação. In: BEOZZO, José Oscar; VOLANIN, Cremildo José (Orgs). **Alternativas à crise: por uma economia social e ecologicamente responsável**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 21 – 34.

Websites

A WORLD World that Counts: Mobilizing the Data Revolution for Sustainable Development. Disponível em: <<http://www.undatarevolution.org/report/>>.

CIDADES Sustentáveis. Disponível em:

<<http://www.cidadessustentaveis.org.br/>>.

INSTITUTO LEGATUM – Disponível em:

< <http://li.com/>>

IRBEM RNSP – Rede Nossa São Paulo. Disponível em:

<<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/irbem>>,

<<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>>,

<[arquivos/Pesquisa_IRBEM_Ibope_2013.pdf](#)>,

<<http://nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/irbem/irbem2015-resumido.pdf>>,

<<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/>>.

JEFFREY D. Sachs. Disponível em:

<<https://www.project-syndicate.org/commentary/sdgs-data-collection-by-jeffrey-d-sachs-et-al-2015-09>>.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em:

<<http://www.capacidades.gov.br/>>.

MILLENNIUM PROJECT - LATINOAMERICA 2030. Disponível em:

<<http://mp.cim3.net/millennium/LA-2030.html>>.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em:

<<http://www.undp.org/content/undp/en/home.html>>.

_____ Objetivos del Milenio ODM. Disponível em: <http://www.undp.org/>.

_____ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>.

PUCSP - CATEDRA IGNACY SACHS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Disponível em: <<http://ecossociodesenvolvimento.org/ecossociodesenvolvimento/>>,

<<http://www.pucsp.br/catedraignacysachs/>>.

SEN, A. - Desenvolvimento como Liberdade. Disponível em:

http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf,

http://hp.unifor.br/pdfs_notitia/2492.pdf

SÓ MEDIR o PIB não basta, dizem economistas. Disponível em:

<<http://www.mbc.org.br/mbc/novo/index.php?option=noticia&Itemid=2&task=detalhe&id=452>>.

STIGLITZ et al. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2009. Disponível em:

http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf.

Anexo 1

Objetivos e metas ODS

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental,

de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais

10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais,

inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobre pesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo

menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobre pesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Finanças

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

Anexo 2
Variáveis Pilar Pessoas

Índice	Significado	Fonte	Unidade de medida
Maternal mortality rate	Número de mortes relacionadas a gravidez	World Health Organization	Mortes /100.000
Stillbirth rate	Morte fetal até o terceiro trimestre	World Health Organization	Mortes /1.000
Child mortality rate	Morte antes dos 5 anos de idade	World Health Organization	Mortes/1.000
Deaths from infectious diseases	Mortes causadas por doença infecciosa		Mortes/10.000
Life expectancy	Expectativa de vida	World Development Indicators	Anos
Non-communicable disease deaths between the ages of 30 and 70	Probabilidade de morte entre os 30 e 70 anos	World Development Indicators	Percentual
Obesity rate	Percentual da população obesa	World Development Indicators	Percentual
Suicide rate	Taxa de suicídio	Institute for Health Metrics and Evaluation	Mortes/10.000
Women treated with respect	Taxa de mulheres tratadas com respeito	Gallup World Poll	Percentual
Tolerance for immigrants	Tolerância a imigrantes	Gallup World Poll	Percentual
Tolerance for homosexuals	Tolerância a homossexuais	Gallup World Poll	Percentual
Discrimination and violence against minorities	Discriminação contra minorias	Fund for Peace Failed States Index Group Grievance indicator	0 a 10
Religious tolerance	Tolerância religiosa	Pew Research Center Social Hostilities Index	1 a 4
Health expenditure, public	Gasto total com saúde	World Bank, World Development Indicators	
External resources for health	Recurso externo a saúde	World Bank, World Development Indicators	
Gender Inequality Index Value	Índice de igualdade de gênero	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	
Share of seats in parliament	Proporção de mulheres no governo	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	Percentual
Life expectancy at birth	Expectativa de vida mulheres	HDR 2014 Informe	Anos

Female		sobre Desarrollo Humano	
Life expectancy at birth Male	Expectativa de vida homens	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	Anos
Mean years of schooling Female	Média de anos na escola mulheres	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	Anos
Mean years of schooling Male	Média de anos na escola homens	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	Anos
Expected years of schooling Female	Expectativa de anos na escola: mulheres	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	Anos
Expected years of schooling Male	Expectativa de anos na escola: homens	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	Anos
Estimated GNI per capita Female	Índice de GNI per capita: mulheres	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	0 a 1
Estimated GNI per capita Male	Índice de GNI per capita: homens	HDR 2014 Informe sobre Desarrollo Humano	0 a 1
IDH	Índice de desenvolvimento humano	ONU	1 a 100
GINI index	Mede a distribuição de renda e de despesas das famílias	World Bank, Development Research Group.	0 a 1
Social Progress Index	Considera o progresso social de um país incluindo nutrição, água encanada, eletricidade, dentre outros.	IPS	Percentual

Fonte: elaborado pelo autor

Anexo 3

Variáveis Pilar Planeta

Índice	Significado	Fonte	Tipo	Unidade de medida
Access to piped water	Acesso a água tratada	WHO/UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation	Quantitativa	Percentual
Rural vs. urban access to improved water source	Acesso a água encanada para habitação	Social Progress Imperative calculation using WHO/UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation data	Quantitativa	Percentual
Access to improved sanitation facilities	Acesso a rede de esgoto	WHO/UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation	Quantitativa	Percentual
Availability of affordable housing	Disponibilidade de casas	Gallup World Poll	Quantitativa	Percentual
Access to electricity	Acesso a Luz elétrica	United Nations Sustainable Energy for All Project	Quantitativa	Percentual
Quality of electricity supply	Qualidade do serviço de energia elétrica	World Economic Forum Global Competitiveness Report	Quantitativa	0-7
Indoor air pollution attributable deaths	Mortes causadas pela poluição dentro das casas	Institute for Global Health Metrics and Evaluation	Quantitativa	3-1
Outdoor air pollution attributable deaths	Mortes causadas pela poluição da atividade industrial	Institute for Global Health Metrics and Evaluation	Quantitativa	Mortes/100.000
Greenhouse gas emissions	Emissão de dióxido de carbono	World Resources Institute	Quantitativa	4-0
Water withdrawals as a percent of resources	Renovação dos recursos hídricos	World Resources Institute	Quantitativa	5-1
Biodiversity and habitat	Áreas de proteção ambiental	Yale Center for Environmental Law & Policy and Columbia University Center for International Earth Science Information Network Environmental Performance	Quantitativa	0-100

		Index		
Renewable internal freshwater resources per capita	Renovação dos recursos hídricos per capita	Food and Agriculture Organization, AQUASTAT data.	Quantitative	Percentual
Electric power consumption	Consumo de energia elétrica per capita	International Energy Agency (IEA Statistics © OECD/IEA, http://www.iea.org/stats/index.asp), Energy Statistics and Balances of Non-OECD	Quantitative	KWh
Alternative and nuclear energy	Geração de energia sem produção de carbono	International Energy Agency (IEA Statistics © OECD/IEA, http://www.iea.org/stats/index.asp).	Quantitative	Percentual
Combustible renewables and waste	Combustíveis sólidos e de biomassa	International Energy Agency (IEA Statistics © OECD/IEA, http://www.iea.org/stats/index.asp).	Quantitative	Percentual
Fossil fuel energy consumption	Combustíveis fósseis	International Energy Agency (IEA Statistics © OECD/IEA, http://www.iea.org/stats/index.asp).	Quantitative	Percentual
Population growth	Crescimento da população	Derived from total population. Population source: (1) United Nations Population Division. World Population Prospects, (2) United Nations Statistical Division. Population and Vital Statistics Report (various years), (3) Census reports and other statistical publications from national statistical offices, (4) Eurostat: Demographic Statistics, (5) Secretariat of the Pacific Community: Statistics and Demography Programme, and (6) U.S. Census Bureau: International Database.	Quantitative	Percentual
Population total	População total	Derived from total population. Population source: (1) United Nations Population Division. World Population Prospects, (2) United Nations Statistical Division. Population and Vital Statistics Report (various years), (3) Census reports and other statistical publications	Quantitative	Percentual

		from national statistical offices, (4) Eurostat: Demographic Statistics, (5) Secretariat of the Pacific Community: Statistics and Demography Programme, and (6) U.S. Census Bureau: International Database.		
EV - Water Resources	Tratamento de água	Wastewater treatment level weighted by connection to wastewater treatment rate.	Quantitativa	Percentual
EV – Agricultura	Subsídios à agricultura e regulação de pesticidas	Agricultural Subsidies: Subsidies are expressed in price of their product in the domestic Pesticide Regulation: Scoring of whether countries have signed on to the Stockholm market (plus any direct output subsidy) less its price at the border, expressed as a percentage of the border price (adjusting for transport costs and quality differences).	Quantitativa	Percentual
EV – Forests	Mudança na cobertura florestal	Forest loss - Forest gain in > 50% tree cover, as compared to 2000 levels.	Quantitativa	Percentual
EV – Fisheries	Pesca na costa	Coastal Shelf Fishing Pressure: Catch in metric tons from trawling and dredging gears Fish Stocks: Percentage of fishing stocks overexploited and collapsed from EEZ(mostly bottom trawls) divided by EEZ area	Quantitativa	Percentual
Ocean Health Index Score	Índice de saúde oceânica	Ocean Health Index Score	Quantitativa	Percentual

Fonte: elaborada pelo autor

Anexo 4

Variáveis Pilar Prosperidade

Índice	Significado	Fonte	Tipo	Unidade de medida
Adult literacy rate	População acima dos 15 anos alfabetizada	UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics	Quantitativa	Percentual
Primary school enrollment	Relação de crianças na escola primária com o total de crianças	UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics	Quantitativa	Percentual
Lower secondary school enrollment	Relação de crianças na escola secundária com o total de crianças	UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics	Quantitativa	Percentual
Upper secondary school enrollment	Relação da população na escola superior com o total da população	UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics	Quantitativa	Percentual
Mobile telephone subscriptions	Assinaturas na telefonia celular	International Telecommunications Union	Quantitativa	Assinaturas/100 pessoas
Internet users	Número estimado de usuários de internet	International Telecommunications Union	Quantitativa	Percentual
Press Freedom Index	Grau de liberdade jornalística	Reporters Without Borders	Quantitativa	0-100
Freedom of speech	Medida em que as liberdades de expressão e de imprensa são afetados pela censura do governo	Cingranelli-Richards Human Rights Data Project	Quantitativa	0-2
Private property rights	Grau de proteção a propriedade privada	Heritage Foundation	Quantitativa	0-100
Freedom over life choices	Grau de liberdade de escolha sobre a própria vida	Gallup World Poll	Quantitativa	Percentual
Satisfied demand for	Demanda satisfatória por anticoncepcionais	National University of Singapore, published in The Lancet	Quantitativa	Percentual

contraception			itativa	
Years of tertiary schooling	Média de anos de ensino superior concluída entre pessoas com mais de 25 anos de idade	Barro-Lee Educational Attainment Dataset	Quantitativa	Percentual
Women's average years in school	Média de anos de mulheres entre 25 e 34 anos na escola	Barro-Lee Educational Attainment Dataset	Quantitativa	Percentual
Number of globally ranked universities	Número de universidades entre as 400 melhores	Times Higher Education World University Rankings, QS World University Rankings, and Academic Ranking of World Universities	Quantitativa	0-5
Unemployment, total	Taxa de desemprego	World Bank, World Development Indicators (WDI)	Quantitativa	Percentual
Total Labor Force	Total da força de trabalho	World Bank, World Development Indicators (WDI)	Quantitativa	Percentual
Well-being	Bem estar	nef (the new economics foundation)	Quantitativa	0-10
Political rights	Avaliação sobre os direitos políticos, processo eleitoral, pluralismo e participação	Freedom House	Quantitativa	0-7
Freedom of movement	Liberdade de movimento de estrangeiros e domésticos	Cingranelli-Richards Human Rights Data Project	Quantitativa	0-4
Freedom of religion	Liberdade de religião	Pew Research Center Government Restrictions Index	Quantitativa	0-4
Modern slavery, human trafficking and child marriage	Escavidão moderna, tráfico humano e casamento infantil	Walk Free Foundation Global Slavery Index	Quantitativa	0-100
Inequality in the attainment of education	Perda na educação devido à desigualdade	United Nations Development Programme	Quantitativa	0-1

Fonte: elaborada pelo autor

Anexo 5

Variáveis Pilar Paz

Índice	Significado	Fonte	Tipo	Unidade de medida
Homicide rate	Taxa de homicídios	Institute for Economics and Peace Global Peace Index	Quantitativa	1-5
Level of violent crime	Nível de crime violento	Institute for Economics and Peace Global Peace Index	Quantitativa	1-5
Perceived criminality	Nível de segurança percebido	Institute for Economics and Peace Global Peace Index	Quantitativa	1-5
Political terror	Nível de violência política	Institute for Economics and Peace Global Peace Index	Quantitativa	1-5
Traffic deaths	Mortes por acidente de trânsito	World Health Organization	Quantitativa	Mortes/10 0.000
Corruption	Nível de corrupção percebido	Transparency International	Quantitativa	0-100
Community safety net	Rede com quem se pode contar em caso de problemas	Gallup World Poll	Quantitativa	0-100
Corruption Perceived Index	Grau de corrupção percebida entre agentes públicos	Transparency International	Quantitativa	0-100

Fonte: elaborada pelo autor

Anexo 6

Variáveis Pilar Parcerias

Índice	Significado	Fonte	Unidade de medida
Political Stability	Estabilidade política	WGI 2014	Percentual
Government Effectiveness	Eficiência do governo	WGI 2014	Percentual
Regulatory Quality	Qualidade da regulação	WGI 2014	Percentual
Rule of Law	Estado de direito	WGI 2014	Percentual
Institutions	Fortalecer um quadro institucional que atraia negócios e promove o crescimento, fornecendo a boa governança e os níveis corretos de proteção e incentivos, sendo essencial para a inovação	GII 2014	Percentual
Human Capital and Research	Capital humano e pesquisa	GII 2014	Percentual
Infrastructure	Infraestrutura ajuda a determinar o sucesso de fabricação e atividades agrícolas. Investimentos em água, saneamento, energia, habitação e transportes também melhora a vida e ajuda a reduzir a pobreza	GII 2014	Percentual
Knowledge and Technology	Conhecimento e tecnologia	GII 2014	Percentual
Creative Outputs	Criatividade mostrada na produção econômica e nos domínios culturais	GII 2014	Percentual
International Cooperation	A liderança política está disposta e capaz de cooperar com os apoiantes externos e organizações	BTI 2014	Percentual
Effective use of support	Avalia se o governo tem objetivos claros do desenvolvimento político e econômico	BTI 2014	0-10
Credibility	Esta questão aborda o nível de confiança do governo tem sido capaz de alcançar com a comunidade internacional por suas políticas de reforma no caminho para a democracia ea economia de mercado	BTI 2014	Percentual
Regional cooperation	Esta questão visa avaliar a disposição e capacidade da liderança política	BTI 2014	Percentual
Freedom of assembly/association	Medida em que as liberdades de união e de associação estão sujeitos a limitações governamentais	Cingranelli-Richards Human Rights Data Project	0-2
Democracy Index	Índice de democracia baseado em liberdades civis; o funcionamento do governo; participação política; e cultura política	The Economist Intelligence Unit	0-100
Market Sophistication	Este indicador é um derivado dos seguintes indicadores: - (a)	GII 2014	Percentual

	Disponibilidade de serviços financeiros, (b)A acessibilidade dos serviços financeiros, (c) Financiamento através do mercado de ações local, (d) Facilidade de acesso a empréstimos, (e) A disponibilidade de capital de risco, (f) Restrição sobre os fluxos de capital, (g) Solidez dos bancos, (h) A regulação das bolsas de valores, e (i) Índice de direitos legais.		
Governança	Mostra como os governos são indicados. Como a autoridade do país é exercida, como as políticas são implementadas, e qual a capacidade de formulá-las	WGI 2014	Percentual

Fonte: elaborada pelo autor

Anexo 7
Novos Indicadores

Pilar Pessoas

País	NI P1	Classificação	País	NI P1	Classificação	País	NI P1	Classificação
New Zealand	100	AVECO	Macedonia	62	OTHERS	Kyrgyzstan	44	OTHERS
Canada	99	AVECO	Bulgaria	62	OTHERS	Moldova	43	OTHERS
Iceland	97	AVECO	Brazil	61	AIBER	Morocco	43	OTHERS
Norway	97	AVECO	Ecuador	61	AIBER	Tajikistan	43	OTHERS
Denmark	96	AVECO	Saudi Arabia	60	OTHERS	Iran	42	OTHERS
Australia	96	AVECO	Albania	60	OTHERS	Egypt	42	OTHERS
Switzerland	96	AVECO	Philippines	59	OTHERS	Laos	40	OTHERS
Netherlands	95	AVECO	Belarus	59	OTHERS	Senegal	40	OTHERS
Finland	94	AVECO	Malaysia	58	OTHERS	Indonesia	38	OTHERS
Sweden	94	AVECO	Montenegro	57	OTHERS	Ghana	38	OTHERS
Ireland	92	AVECO	Colombia	56	AIBER	Rwanda	38	OTHERS
United Kingdom	91	AVECO	Peru	56	AIBER	Bangladesh	35	OTHERS
Germany	91	AVECO	Venezuela	56	AIBER	Nepal	34	OTHERS
Austria	90	AVECO	Romania	55	OTHERS	Cambodia	33	OTHERS
United States	89	AVECO	Armenia	55	OTHERS	Benin	32	OTHERS
Belgium	87	AVECO	Botswana	55	OTHERS	Burkina Faso	30	OTHERS
Spain	86	AIBER	Paraguay	54	AIBER	Zambia	30	OTHERS
Japan	86	AVECO	Georgia	54	OTHERS	Djibouti	29	OTHERS
France	83	AVECO	Tunisia	54	OTHERS	Mali	29	OTHERS
Portugal	83	AIBER	Mexico	54	AIBER	Kenya	28	OTHERS
Slovenia	83	AVECO	Bosnia and Herzegovina	54	OTHERS	Congo, Republic of	28	OTHERS
Czech Republic	80	AVECO	El Salvador	53	AIBER	Uganda	27	OTHERS
Estonia	80	AVECO	Bolivia	53	AIBER	Malawi	26	OTHERS
Uruguay	78	AIBER	Nicaragua	52	AIBER	Cameroon	26	OTHERS
Slovakia	77	AVECO	Cuba	52	AIBER	India	25	OTHERS
Italy	77	AVECO	Turkey	52	OTHERS	Swaziland	25	OTHERS
Costa Rica	77	AIBER	Azerbaijan	52	OTHERS	Liberia	24	OTHERS
United Arab Emirates	76	OTHERS	Thailand	51	OTHERS	Lesotho	24	OTHERS
Korea, Republic of	74	AVECO	Dominican Republic	51	AIBER	Mozambique	23	OTHERS
Mauritius	73	OTHERS	Ukraine	50	OTHERS	Mauritania	23	OTHERS
Poland	73	OTHERS	Guyana	50	OTHERS	Togo	22	OTHERS

Chile	71	AIBER	Kazakhstan	50	OTHERS	Madagascar	21	OTHERS
Kuwait	70	OTHERS	Uzbekistan	48	OTHERS	Tanzania	20	OTHERS
Hungary	69	OTHERS	China	48	OTHERS	Niger	19	OTHERS
Latvia	68	AVECO	Jordan	48	OTHERS	Iraq	19	OTHERS
Greece	66	AVECO	Honduras	48	AIBER	Pakistan	17	OTHERS
Serbia	66	OTHERS	Namibia	47	OTHERS	Nigeria	16	OTHERS
Lithuania	66	OTHERS	Lebanon	47	OTHERS	Sudan	12	OTHERS
Panama	66	AIBER	Russia	46	OTHERS	Burundi	12	OTHERS
Trinidad and Tobago	66	OTHERS	Sri Lanka	46	OTHERS	Guinea	12	OTHERS
Croatia	65	OTHERS	South Africa	45	OTHERS	Yemen	11	OTHERS
Argentina	64	AIBER	Guatemala	45	AIBER	Angola	11	OTHERS
Jamaica	63	OTHERS	Mongolia	44	OTHERS	Central African Republic	6	OTHERS
Israel	63	AVECO	Algeria	44	OTHERS	Chad	0	OTHERS

Fonte: elaborada pelo autor

Pilar Planeta

País	NI P2	Classific ação	País	NI P2	Classific ação	País	NI P2	Classific ação
Iceland	100	AVECO	Jordan	73	OTHERS	El Salvador	53	AIBER
Switzerland	89	AVECO	Armenia	73	OTHERS	Botswana	50	OTHERS
Norway	87	AVECO	Thailand	73	OTHERS	Paraguay	50	AIBER
France	87	AVECO	Turkey	73	OTHERS	Laos	47	OTHERS
Australia	87	AVECO	Ecuador	73	AIBER	Swaziland	46	OTHERS
Sweden	87	AVECO	Venezuela	72	AIBER	Rwanda	45	OTHERS
Canada	86	AVECO	Lebanon	72	OTHERS	Indonesia	44	OTHERS
Germany	86	AVECO	Poland	72	OTHERS	Djibouti	42	OTHERS
Japan	85	AVECO	Algeria	72	OTHERS	Malawi	39	OTHERS
Czech Republic	85	AVECO	Bosnia and Herzegovina	72	OTHERS	Bangladesh	39	OTHERS
Netherlands	85	AVECO	Albania	72	OTHERS	Angola	38	OTHERS
United Kingdom	84	AVECO	Ukraine	71	OTHERS	Nicaragua	38	AIBER
Finland	84	AVECO	Argentina	71	AIBER	Mongolia	38	OTHERS
Spain	84	AIBER	Georgia	71	OTHERS	Yemen	37	OTHERS
United States	83	AVECO	Trinidad and Tobago	71	OTHERS	Senegal	36	OTHERS
Denmark	83	AVECO	Mauritius	71	OTHERS	Burundi	35	OTHERS
Slovenia	83	AVECO	Cuba	69	AIBER	Bolivia	34	AIBER
Austria	83	AVECO	New Zealand	68	AVECO	Pakistan	33	OTHERS
Ireland	83	AVECO	Tunisia	68	OTHERS	Cameroon	31	OTHERS

Slovakia	83	AVECO	Montenegro	68	OTHERS	Zambia	28	OTHERS
Hungary	82	OTHERS	Mexico	68	AIBER	India	27	OTHERS
Belgium	82	AVECO	Macedonia	67	OTHERS	Uganda	26	OTHERS
Bulgaria	82	OTHERS	Sri Lanka	67	OTHERS	Namibia	26	OTHERS
Korea, Republic of	82	AVECO	Lithuania	67	OTHERS	Central African Republic	26	OTHERS
Chile	81	AIBER	Guyana	65	OTHERS	Nepal	23	OTHERS
Israel	81	AVECO	Moldova	65	OTHERS	Cambodia	19	OTHERS
Greece	80	AVECO	Italy	64	AVECO	Kenya	18	OTHERS
Estonia	80	AVECO	Azerbaijan	64	OTHERS	Mauritania	17	OTHERS
Kuwait	80	OTHERS	Dominican Republic	63	AIBER	Nigeria	17	OTHERS
United Arab Emirates	79	OTHERS	Brazil	61	AIBER	Lesotho	16	OTHERS
Saudi Arabia	79	OTHERS	Colombia	61	AIBER	Burkina Faso	14	OTHERS
Portugal	79	AIBER	Latvia	61	AVECO	Mali	14	OTHERS
Serbia	77	OTHERS	Jamaica	60	OTHERS	Guinea	11	OTHERS
Tajikistan	77	OTHERS	Honduras	60	AIBER	Sudan	10	OTHERS
Croatia	77	OTHERS	Iraq	60	OTHERS	Liberia	9	OTHERS
Uzbekistan	76	OTHERS	South Africa	59	OTHERS	Mozambique	9	OTHERS
Belarus	75	OTHERS	Philippines	58	OTHERS	Madagascar	8	OTHERS
Uruguay	75	AIBER	Panama	57	AIBER	Niger	7	OTHERS
Kazakhstan	75	OTHERS	Guatemala	57	AIBER	Congo, Republic of	7	OTHERS
Iran	74	OTHERS	Peru	55	AIBER	Chad	6	OTHERS
Costa Rica	74	AIBER	Morocco	55	OTHERS	Benin	6	OTHERS
Malaysia	74	OTHERS	Romania	54	OTHERS	Ghana	5	OTHERS
Kyrgyzstan	74	OTHERS	China	54	OTHERS	Tanzania	1	OTHERS
Egypt	74	OTHERS	Russia	54	OTHERS	Togo	0	OTHERS

Fonte: elaborada pelo autor

Pilar Prosperidade

País	NI P3	Classificação	País	NI P3	Classificação	País	NI P3	Classificação
Norway	100	AVECO	Jamaica	60	OTHERS	Botswana	30	OTHERS
Sweden	99	AVECO	Montenegro	59	OTHERS	Mongolia	30	OTHERS
Netherlands	98	AVECO	Dominican Republic	57	AIBER	Nigeria	28	OTHERS
Finland	97	AVECO	Panama	57	AIBER	Uzbekistan	27	OTHERS
New Zealand	95	AVECO	Mauritius	56	OTHERS	Nicaragua	25	AIBER
Canada	93	AVECO	Romania	56	OTHERS	Cuba	24	AIBER
Iceland	93	AVECO	Costa Rica	56	AIBER	Lesotho	24	OTHERS

Switzerland	92	AVECO	South Africa	55	OTHERS	Kyrgyzstan	24	OTHERS
Denmark	92	AVECO	Greece	54	AVECO	Congo, Republic of	23	OTHERS
Korea, Republic of	90	AVECO	Serbia	54	OTHERS	Zambia	23	OTHERS
Australia	89	AVECO	Bulgaria	53	OTHERS	Malawi	22	OTHERS
United Kingdom	87	AVECO	Peru	53	AIBER	Uganda	21	OTHERS
Ireland	87	AVECO	Malaysia	52	OTHERS	Sri Lanka	21	OTHERS
Estonia	87	AVECO	Georgia	50	OTHERS	Angola	21	OTHERS
Japan	85	AVECO	Ecuador	50	AIBER	Nepal	20	OTHERS
Germany	84	AVECO	Venezuela	49	AIBER	Cameroon	20	OTHERS
Czech Republic	84	AVECO	Philippines	49	OTHERS	Mozambique	19	OTHERS
France	83	AVECO	Bolivia	48	AIBER	Benin	19	OTHERS
United States	82	AVECO	Guyana	46	OTHERS	Iran	18	OTHERS
Austria	81	AVECO	Mexico	45	AIBER	Togo	18	OTHERS
Slovakia	81	AVECO	Turkey	44	OTHERS	Liberia	18	OTHERS
Slovenia	79	AVECO	Paraguay	44	AIBER	Burundi	17	OTHERS
Belgium	76	AVECO	Moldova	43	OTHERS	India	17	OTHERS
Poland	76	OTHERS	El Salvador	43	AIBER	Burkina Faso	17	OTHERS
Latvia	75	AVECO	Morocco	43	OTHERS	Niger	16	OTHERS
Portugal	75	AIBER	Belarus	42	OTHERS	Tanzania	15	OTHERS
Hungary	74	OTHERS	Russia	42	OTHERS	Mali	15	OTHERS
Spain	74	AIBER	Azerbaijan	42	OTHERS	Yemen	15	OTHERS
Bosnia and Herzegovina	72	OTHERS	Ukraine	42	OTHERS	Cambodia	14	OTHERS
Chile	72	AIBER	Kazakhstan	41	OTHERS	Indonesia	14	OTHERS
United Arab Emirates	71	OTHERS	Tunisia	40	OTHERS	Djibouti	14	OTHERS
Lithuania	71	OTHERS	Jordan	38	OTHERS	Madagascar	13	OTHERS
Kuwait	69	OTHERS	Saudi Arabia	38	OTHERS	Bangladesh	12	OTHERS
Trinidad and Tobago	69	OTHERS	Armenia	38	OTHERS	Algeria	11	OTHERS
Uruguay	68	AIBER	Kenya	37	OTHERS	Laos	10	OTHERS
Israel	67	AVECO	Thailand	36	OTHERS	Tajikistan	10	OTHERS
Argentina	67	AIBER	Honduras	34	AIBER	Rwanda	10	OTHERS
Croatia	67	OTHERS	Swaziland	34	OTHERS	Sudan	9	OTHERS
Macedonia	65	OTHERS	Egypt	33	OTHERS	Guinea	8	OTHERS
Albania	65	OTHERS	Ghana	33	OTHERS	Mauritania	5	OTHERS
Italy	63	AVECO	Guatemala	33	AIBER	Pakistan	4	OTHERS
Brazil	62	AIBER	Namibia	32	OTHERS	Central African Republic	4	OTHERS
Lebanon	61	OTHERS	China	31	OTHERS	Iraq	4	OTHERS
Colombia	60	AIBER	Senegal	31	OTHERS	Chad	0	OTHERS

Fonte: elaborada pelo autor

Pilar Paz

País	NI P4	Classific ação	País	NI P4	Classific ação	País	NI P4	Classific ação
Denmark	100	AVECO	Namibia	44	OTHERS	Niger	25	OTHERS
Finland	98	AVECO	Kuwait	43	OTHERS	Belarus	24	OTHERS
Sweden	98	AVECO	Jordan	43	OTHERS	Albania	24	OTHERS
New Zealand	97	AVECO	Ghana	42	OTHERS	Nepal	24	OTHERS
Norway	94	AVECO	Romania	41	OTHERS	Nicaragua	23	AIBER
Switzerland	93	AVECO	Bosnia and Herzegovina	39	OTHERS	Azerbaijan	23	OTHERS
Canada	88	AVECO	Macedonia	39	OTHERS	Mauritania	23	OTHERS
Netherlands	88	AVECO	Montenegro	39	OTHERS	Egypt	22	OTHERS
Australia	86	AVECO	Italy	38	AVECO	Indonesia	22	OTHERS
Iceland	85	AVECO	China	37	OTHERS	Mexico	22	AIBER
Germany	82	AVECO	Serbia	37	OTHERS	Lebanon	21	OTHERS
Japan	80	AVECO	Bulgaria	36	OTHERS	Dominican Republic	21	AIBER
United Kingdom	80	AVECO	Senegal	36	OTHERS	Togo	21	OTHERS
United States	79	AVECO	Tunisia	36	OTHERS	Kazakhstan	20	OTHERS
Belgium	78	AVECO	Djibouti	35	OTHERS	Laos	20	OTHERS
Uruguay	76	AIBER	Greece	34	AVECO	Madagascar	20	OTHERS
Ireland	75	AVECO	Brazil	34	AIBER	Mali	20	OTHERS
Austria	74	AVECO	Sri Lanka	33	OTHERS	Russia	20	OTHERS
United Arab Emirates	74	OTHERS	Swaziland	33	OTHERS	Iran	19	OTHERS
Chile	74	AIBER	Burkina Faso	32	OTHERS	Uganda	18	OTHERS
France	74	AVECO	Liberia	32	OTHERS	Pakistan	18	OTHERS
Estonia	70	AVECO	Mongolia	32	OTHERS	Ukraine	17	OTHERS
Portugal	66	AIBER	Zambia	32	OTHERS	Bangladesh	16	OTHERS
Botswana	63	OTHERS	South Africa	32	OTHERS	Guyana	16	OTHERS
Israel	62	AVECO	Moldova	31	OTHERS	Kenya	16	OTHERS
Poland	61	OTHERS	Malawi	31	OTHERS	Guatemala	16	AIBER
Slovenia	60	AVECO	Morocco	31	OTHERS	Paraguay	15	AIBER
Spain	59	AIBER	Algeria	30	OTHERS	Angola	14	OTHERS
Korea, Republic of	57	AVECO	Armenia	30	OTHERS	Cameroon	14	OTHERS
Lithuania	57	OTHERS	Benin	30	OTHERS	Guinea	13	OTHERS
Hungary	54	OTHERS	India	30	OTHERS	Kyrgyzstan	13	OTHERS
Costa Rica	52	AIBER	Peru	29	AIBER	Honduras	13	AIBER
Latvia	52	AVECO	Ecuador	28	AIBER	Burundi	12	OTHERS
Mauritius	51	OTHERS	Panama	28	AIBER	Central African Republic	11	OTHERS
Rwanda	50	OTHERS	Argentina	27	AIBER	Nigeria	11	OTHERS
Malaysia	49	OTHERS	Bolivia	27	AIBER	Congo, Republic	10	OTHERS

						of		
Cuba	47	AIBER	Colombia	27	AIBER	Tajikistan	10	OTHERS
Czech Republic	46	AVECO	Philippines	27	OTHERS	Venezuela	8	AIBER
Croatia	46	OTHERS	El Salvador	27	AIBER	Cambodia	8	OTHERS
Turkey	46	OTHERS	Jamaica	27	OTHERS	Uzbekistan	7	OTHERS
Saudi Arabia	45	OTHERS	Trinidad and Tobago	27	OTHERS	Yemen	7	OTHERS
Slovakia	45	AVECO	Tanzania	26	OTHERS	Chad	7	OTHERS
Georgia	45	OTHERS	Thailand	26	OTHERS	Iraq	1	OTHERS
Lesotho	45	OTHERS	Mozambique	25	OTHERS	Sudan	0	OTHERS

Fonte: elaborada pelo autor

Pilar Parcerias

País	NI P5	Classific ação	País	NI P5	Classific ação	País	NI P5	Classific ação
United Kingdom	100	AVECO	Peru	48	AIBER	Ecuador	31	AIBER
Switzerland	100	AVECO	Bulgaria	48	OTHERS	Russia	31	OTHERS
Sweden	99	AVECO	Colombia	47	AIBER	Guatemala	30	AIBER
Canada	98	AVECO	Albania	47	OTHERS	Paraguay	30	AIBER
United States	97	AVECO	Macedonia	47	OTHERS	Belarus	30	OTHERS
Denmark	96	AVECO	Montenegro	46	OTHERS	Zambia	29	OTHERS
Australia	94	AVECO	Romania	46	OTHERS	Lebanon	29	OTHERS
Finland	93	AVECO	Panama	45	AIBER	Bolivia	29	AIBER
Norway	93	AVECO	Brazil	45	AIBER	Nicaragua	29	AIBER
New Zealand	93	AVECO	Thailand	44	OTHERS	Congo, Republic of	29	OTHERS
Netherlands	92	AVECO	Turkey	43	OTHERS	Honduras	28	AIBER
Japan	88	AVECO	Kuwait	43	OTHERS	Kenya	28	OTHERS
Germany	85	AVECO	Mexico	43	AIBER	Uganda	27	OTHERS
Ireland	84	AVECO	China	42	OTHERS	Cambodia	26	OTHERS
Korea, Republic of	83	AVECO	Rwanda	40	OTHERS	Niger	26	OTHERS
Austria	82	AVECO	Namibia	40	OTHERS	Guyana	26	OTHERS
France	80	AVECO	Dominican Republic	39	AIBER	Malawi	25	OTHERS
Estonia	79	AVECO	Armenia	38	OTHERS	Ukraine	24	OTHERS
Spain	78	AIBER	Trinidad and Tobago	38	OTHERS	Chad	24	OTHERS
Belgium	76	AVECO	India	38	OTHERS	Iraq	24	OTHERS
Israel	76	AVECO	Moldova	38	OTHERS	Burkina Faso	22	OTHERS
Iceland	76	AVECO	Serbia	38	OTHERS	Tanzania	22	OTHERS

Chile	73	AIBER	Azerbaijan	37	OTHERS	Tajikistan	22	OTHERS
Portugal	67	AIBER	Bosnia and Herzegovina	37	OTHERS	Egypt	22	OTHERS
Czech Republic	67	AVECO	Lesotho	37	OTHERS	Bangladesh	21	OTHERS
Malaysia	66	OTHERS	Morocco	37	OTHERS	Central African Republic	21	OTHERS
Mauritius	66	OTHERS	El Salvador	36	AIBER	Algeria	20	OTHERS
Slovenia	65	AVECO	Jamaica	36	OTHERS	Benin	20	OTHERS
United Arab Emirates	64	OTHERS	Kazakhstan	35	OTHERS	Nepal	19	OTHERS
Lithuania	64	OTHERS	Indonesia	35	OTHERS	Madagascar	17	OTHERS
Latvia	63	AVECO	Cuba	35	AIBER	Cameroon	16	OTHERS
Poland	61	OTHERS	Tunisia	34	OTHERS	Swaziland	16	OTHERS
Italy	61	AVECO	Djibouti	34	OTHERS	Nigeria	16	OTHERS
Slovakia	60	AVECO	Liberia	34	OTHERS	Iran	15	OTHERS
South Africa	55	OTHERS	Sri Lanka	33	OTHERS	Uzbekistan	13	OTHERS
Botswana	54	OTHERS	Philippines	33	OTHERS	Burundi	13	OTHERS
Hungary	54	OTHERS	Laos	33	OTHERS	Mali	13	OTHERS
Uruguay	53	AIBER	Jordan	33	OTHERS	Togo	12	OTHERS
Croatia	52	OTHERS	Ghana	32	OTHERS	Angola	11	OTHERS
Saudi Arabia	52	OTHERS	Senegal	32	OTHERS	Pakistan	9	OTHERS
Greece	51	AVECO	Kyrgyzstan	32	OTHERS	Yemen	7	OTHERS
Mongolia	50	OTHERS	Mauritania	32	OTHERS	Venezuela	4	AIBER
Costa Rica	50	AIBER	Argentina	32	AIBER	Guinea	4	OTHERS
Georgia	49	OTHERS	Mozambique	31	OTHERS	Sudan	0	OTHERS